



ce

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
ATA DA 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE MAIO DE 2018

ATA Nº. 8 / 2018

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. SR^a. DEPUTADA JOANA SILVA (CDU)
 - 4.2. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 4.3. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 4.4. SR. DEPUTADO JORGE MENDONÇA (CDS-PP)
 - 4.5. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
 - 4.6. SR^a. DEPUTADA ANA BEÇA (IN-OV)
 - 4.7. SR. DEPUTADO REIS MARQUES (PS)
 - 4.8. SR^a: DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
 - 4.9. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 4.10. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 4.11. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
 - 4.12. SR^a. DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IOMAF)
 - 4.13. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
 - 4.14. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
 - 4.15. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 4.16. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 4.17. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
 - 4.18. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

- 4.19. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 4.20. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.21. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.22. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 5. PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS
- 5.1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE 2017 - PLANO DE AÇÃO 2018, DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OEIRAS - APRECIADO
- 5.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 136/18 – DRH – RELATIVA À REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS – 2018
 - 5.2.1. VOTAÇÃO
 - 5.2.1.1. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
 - 5.2.1.2. SR. DEPUTADO DINIS ANTUNES (J.F. PORTO SALVO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 5.2.1.3. SRA. PRESIDENTE DA A.M.
- 5.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 199/18 – DLAA – RELATIVA À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS SOLICITADO POR GRUPO VALENTIM DE CARVALHO, SOM E IMAGEM, SGPS, S.A., RELATIVAS ÀS FILMAGENS DO PROGRAMA “DONOS DISTO TUDO”
 - 5.3.1. VOTAÇÃO
- 6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 7. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <u>Aprovada por</u>			
<u>unanimidade em 02.07.2018</u>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	—		
IOMAF	3		
PPD/PSD	2		
CDU	1		
CDS-PP	—		
BE	1		
	1		

-----ATA DA 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE MAIO DE 2018-----

----- ATA Nº. 8 / 2018 -----

----- Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Susana Isabel Costa Duarte. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e oito Deputados Municipais (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Artur Alberto Dono Claro Campos, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Miguel Ribeiro Ramos, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta

Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira, Arlindo Pereira Barradas, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Maria Joana Marques Gomes da Silva, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Susana Isabel Costa Duarte, Jorge Filipe Santo Ribeiro Mendonça, Miguel da Câmara e Almeida Pinto e Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), desta Assembleia Municipal.-----

-----Os Senhores Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Daniel dos Reis Branco e Nuno Miguel Trindade Gusmão pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Artur Alberto Dono Claro Campos, Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Jorge Filipe Santo Ribeiro Mendonça.-----

-----O Senhor Orlando Vaz Tavares pediu a suspensão de mandato pelo período de cinquenta e seis dias – de trinta de abril a vinte e quatro de junho, tendo passado à efetividade temporária para este tempo a Senhora Celeste Dâmaso.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Joana Micaela Salvador Batista, Joaquim Moreira Raposo, Pedro Manuel Freire Patacho, Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Marlene Braz Rodrigues e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 136/18 – DRH – relativa à Reestruturação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Orgânica do Município de Oeiras – 2018;-----

2. Apreciação do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2017 - Plano de Ação 2018, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 199/18 – DLAA – relativa à Isenção do Pagamento de Taxas solicitado por Grupo Valentim de Carvalho, Som e Imagem, SGPS, S.A., relativas às filmagens do Programa “Donos Disto Tudo”.-----

3. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a reunião, dizendo o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos. Vamos dar início a esta nossa reunião. -----

----- Iria dar-vos a informação de que há um Pedido de Suspensão de Mandato, por cinquenta e seis dias do Senhor Deputado Orlando Vaz Tavares, do Grupo Político IN-OV e informar que entrou em efetividade de funções para este tempo a Senhora Deputada Celeste Dâmaso. -- -----

----- Vamos passar ao Período Antes da Ordem do Dia”. -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

4.1. A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- Uma vez que foi, recentemente, aprovado o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana e dado que à entrada do meu prédio havia um folheto onde se dava a conhecer que este Regulamento podia ser consultado na íntegra no site da Câmara Municipal de Oeiras, qual não é o espanto quando se vai à procura do Regulamento no site da Câmara Municipal de Oeiras (que se diz estar disponível ao munícipe, caso tenha dúvidas) e não existe nenhum Regulamento disponível, a não ser internamente para os serviços

da Câmara. -----

-----A primeira questão, em termos de recomendação, é que este Regulamento (que se afirma estar disponível no site da Câmara) esteja efetivamente disponível, para não se correr o risco de ligar para o número verde do Ambiente e não se encontrar o Regulamento ou quem, efetivamente, queira perceber como as coisas funcionam não tenha essa informação.-----

-----Como não tive acesso a esse Regulamento e à questão dos resíduos, gostávamos de saber se estão contemplados, em termos de Higiene Urbana, os oleões, as rolhas de cortiça e as pilhas. Sabemos que em termos de rolhas de cortiça há um projeto entre o Continente e a Quercus mas não sabemos se existem outros locais de recolha. -----

-----Portanto, a recomendação é: a disponibilização on-line do Regulamento e conseguir-se perceber se estão contemplados nos Resíduos Urbanos a reutilização de rolhas de cortiça, a existência de oleões para consumo doméstico (restauração e habitações) e também das pilhas.”

4.2. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Começo a minha intervenção referindo que Oeiras assumiu a Presidência do Conselho Executivo da Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento, é uma rede que articula ações de cooperação descentralizada dos Municípios Portugueses, em que o Senhor Vice-Presidente é o Presidente executivo. Muitos parabéns! Muito nos honra com a sua presidência. -----

-----No passado dia dois de maio decorreu a reunião instaladora do Conselho Municipal de Educação dirigida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais. Trata-se de um órgão muito importante que vem institucionalizar a intervenção das comunidades educativas do nosso Concelho. É fundamental para o plano estratégico do Município de Oeiras para a área da educação. Parabéns, estamos a inovar na área da educação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No passado dia quatro de maio decorreu a Assembleia Geral da UCCLA, que é a maior associação intermunicipal internacional da língua portuguesa. O Município de Oeiras esteve representado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Vice-Presidente, Doutor Francisco Gonçalves. -----

----- Na Assembleia estavam presentes cerca de quarenta delegações de cidades e empresas de países de língua oficial portuguesa, associadas à UCCLA. Oeiras esteve presente. É um orgulho para todos nós, autarcas, defensores de uma cultura oeirense cada vez mais internacional. Parabéns, estamos a inovar culturalmente.-----

----- No âmbito da política animal do Município de Oeiras decorreu no passado sábado, dia cinco de maio, a Feira do Animal. Foi um excelente evento, com várias demonstrações, com várias aprendizagens, concursos e, principalmente, casa cheia. -----

----- Estiveram presentes mais de cento e setenta expositores das mais diversas áreas; diversos workshops e a adoção (principal objetivo deste evento) responsável de animais à guarda do Município de Oeiras. A adoção de animais é pois uma das grandes apostas da política animal municipal. -----

----- Quando são eventos preparados com muito amor e carinho o resultado é fantástico e o povo de Oeiras reconheceu e apareceu em massa. Parabéns! -----

----- No passado dia cinco e seis de maio celebrou-se o dia da língua portuguesa, no Templo da Poesia, no Parque dos Poetas. Muito bem, isto é celebrar lusofonia, isto é unir os falantes da língua portuguesa em redor do mundo, isto é a nossa política autárquica cultural, isto é inovar. -- -----

-----Por fim, no âmbito da política autárquica, em termos de saúde, quero felicitar a conclusão da obra e a cerimónia de abertura do novo Centro de Saúde de Barcarena no passado dia vinte e cinco de abril, na presença do Senhor Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais e os moradores de Tercena/Barcarena reconhecidos compareceram em massa. -----

-----E ainda, Oeiras fechou o compromisso de criação de quatro novos centros de saúde e a construção de mais dois equipamentos. Parabéns! Demonstra mais uma vez que o nosso executivo, presidido pelo Doutor Isaltino Morais está a inovar em termos de saúde, em Oeiras”. -

4.3. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

-----“O PSD também se congratula com a escolha do nosso país para a reunião da UCCLA, mas diria que mais satisfeito ficaria se esta reunião tivesse, efetivamente, ocorrido no nosso concelho. Não sei qual a razão da sua ida para o concelho limítrofe, mas quero acreditar que não foi por falta do centro de congressos, que está por terminar há algum tempo. Porque se assim foi, uma vez mais (como aliás já aqui foi dito várias vezes) era importante acabar aquela obra por forma a darmos infraestruturas necessárias a tão importantes eventos. -----

-----Outra questão tem a ver com a estrada que parte da rotunda da Fonte em direção ao cemitério e que se encontra cortada no sentido rotunda da Fonte/cemitério há cerca de uma semana. Está, efetivamente, a causar alguns problemas de trânsito e, nomeadamente a desviar o trânsito para zonas residenciais à volta, sobrecarregando aquilo que já é um problema de base no nosso concelho, que é a mobilidade. Portanto, gostaria de ser informado (se é que a Câmara o pode fazer) em primeiro lugar se a obra é camarária e se sendo quando é que se prevê, de facto, a sua conclusão por forma a abrir aquela via tão importante para o fluxo de, neste caso, entrada no Concelho para quem vem, nomeadamente, de Lisboa ou do Concelho de Sintra.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.4. O Senhor Deputado Jorge Mendonça (CDS-PP) fez a seguinte intervenção: -----

----- “As questões de mobilidade no concelho estão a agravar-se de dia para dia e as muitas obras que se têm verificado no concelho, de facto, estão ainda a agravar e a pôr em evidência algumas das fragilidades que já existem. Tenho necessariamente que sublinhar aqui o caso da rotunda da Quinta do Marquês ou das rotundas da Quinta do Marquês, está neste momento lançado o caos naquela zona, com cinco escolas, milhares de moradores naquela zona. Uma área que vai ainda ser agravada com uma nova área comercial e, de facto, aquilo que está posto em evidência neste momento é que não há escoamento suficiente (obviamente que neste momento há restrições devido às obras) para o caudal de trânsito que afluirá aquela zona. Gostaria de saber se existem, com estas novas obras, projetos de alteração das zonas de circulação e de acesso a esses bairros, às várias zonas residenciais da Quinta do Marquês. -----

----- Relativamente também a esta obra (e atribuo eu à rapidez com que está a ser feita) as regras de segurança não estão a ser verificadas. Isto constata-se, em primeiro lugar, com as estradas que estão esburacadas e, obviamente, a avariar muitos carros; mas, também, os acessos pedonais não estão garantidos e, sobretudo, não estão a ser verificadas condições de segurança, como há cerca de duas semanas houve um arrombamento das tubagens de gás e houve uma fuga de gás muito grave que poderia ter posto em causa a vida de todos aqueles habitantes da Quinta do Marquês. -----

----- Ainda no campo da mobilidade dois aspetos: -----

----- Relativamente a Caxias há obras que se prolongam indefinidamente, que constroem muito o trânsito naquela zona, e, aproveitando também todo o ciclo de obras que

existem no concelho, se está previsto uma ampliação da ciclovia que já existe na zona de Nova Oeiras e que liga até à Vila, se existe um projeto de ampliação dessa ciclovia às outras vilas do Concelho de Oeiras e, obviamente, se dentro dos limites daquilo que já existe se vai haver melhoria e ampliação.”-----

4.5. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte:-----

-----“A verdadeira falência do SATU.-----

-----O Bloco de Esquerda ficou surpreendido com as declarações do Presidente da Câmara de Oeiras ao jornal Observador. Dizia o Senhor Presidente que aquele “meio de transporte” não teria futuro devido ao facto da empresa de manutenção do material ter falido. ----

-----O Bloco de Esquerda saúda o Presidente da Câmara pelo facto de admitir, nas declarações a este jornal, a inviabilidade do SATU.-----

-----É verdade que a empresa faliu mas a falência do SATU é muito anterior. Quando o Bloco entrou para a Assembleia Municipal, em dois mil e um, já a empresa SATU tinha sido criada com os votos favoráveis do PS e do PSD. -----

-----A história tinha começado bem antes com uma “visita de trabalho” à Austrália de uma delegação da Câmara presidida pelo Presidente. Viram o SATU lá do sítio e decidiram fazer uma fotocópia. Não fizeram estudos de viabilidade económica nem de tráfego. O estudo de tráfego era indispensável para se concluir se havia passageiros, ou não, para encher o caixote. Foi inaugurado em dois mil e quatro numa altura em que o Doutor Isaltino não era Presidente da Câmara.-----

-----Apesar do atual Presidente da Câmara não ter sido convidado para a inauguração esteve presente mas ficou indignado por não o deixarem fazer uma viagem. Do outro lado da estrada, os manifestantes gritavam SAI TU.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Deve dizer-se que o bilhete do autocarro, que fazia o mesmo percurso, era mais barato que o do SATU. A empresa proprietária do Oeiras Parque tem autocarros, gratuitos, que fazem um percurso que inclui aquele que o SATU fazia. -----

----- A empresa SATU teve um enorme prejuízo devido à falta de passageiros. A Câmara teve um prejuízo de três milhões de euros. A empresa parceira da Câmara teve um prejuízo de trinta milhões de euros, dívida essa “perdoada” à Câmara. Aliás a Inspeção Geral das Finanças tinha elaborado um relatório, em dois mil e seis, no qual afirmava que os interesses da Câmara não estavam acautelados nem a viabilidade do SATU estava garantida. -----

----- Na opinião do Bloco de Esquerda só se poderia criar um meio de transporte se houvesse um plano de mobilidade concelhio que mostrasse a necessidade desse meio de transporte. Foram estes os verdadeiros motivos da falência do SATU. Na realidade a falência do SATU resulta da irresponsabilidade de quem o criou e não da empresa que fazia a sua manutenção. -----

----- Há dias ficámos surpreendidos por um vídeo que surgiu nas redes sociais em que se arranja uma nova desculpa, ou seja, uma fuga para a frente, na qual se considera “conveniente a vandalização de equipamentos e instalações do SATU”. -----

----- Afirmamos que os problemas da mobilidade dos cidadãos se resolvem com debate político e apresentação de propostas. Condenamos atos de vandalismo e roubo de materiais. -----

----- O Bloco de Esquerda não alinha em insinuações do tipo: “Que diligências anda a PSP a fazer?” -----

----- O Presidente da Câmara afirma, nesse vídeo, que vai ser criado um meio de

transporte tipo vaivém que liga, numa primeira fase, a estação de Paço de Arcos ao Oeiras Parque. Admite o Presidente que poderá haver várias soluções, sendo uma delas o SATU ressuscitado. O renascimento do SATU não passa de mera propaganda política. Tiramos duas conclusões: -----

----- A reabertura do SATU foi a primeira promessa não cumprida do programa eleitoral do INOV, com que o INOV se apresentou às eleições de outubro passado. -----

----- O Bloco de Esquerda orgulha-se de ter votado, sempre, contra todas as deliberações apresentadas pela Câmara de Oeiras na Assembleia Municipal.” -----

4.6. A Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Gostaria de referir um tema muito atual e inquietante, noticiado na imprensa nacional e internacional em março e abril deste ano. Devido à excessiva quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, o branqueamento dos corais está a matar os oceanos – as grandes barreiras de coral por todo o planeta estão em perigo. A mais noticiada é a morte em oitenta por cento da grande barreira de coral australiana, na costa leste, a maior do mundo, com dois mil e quinhentos quilómetros de comprimento. Mas por todo o planeta o fenómeno replica-se e a uma velocidade cada vez maior.-----

-----Portugal foi assolado durante dois anos por uma seca intensa e por incêndios devastadores e mortíferos. Pois, foi por esta altura também que se deu a morte global dos recifes mais extensa e devastadora, teve início em outubro de dois mil e quinze e prolongou-se até julho de dois mil e dezassete. -----

-----Os recifes de coral são o habitat de milhares de espécies, e nomeadamente de espécies piscícolas importantes que servem para alimentar quinhentos milhões de pessoas. E não é só a pesca que se pode tornar insustentável, é também o turismo que é afetado, e uma pressão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

crescente sobre os recursos na terra, cria mais desequilíbrios nos ecossistemas globais do planeta, já de si bastante fragilizado. -----

----- O principal culpado é o dióxido de carbono que se encontra na atmosfera em concentrações anormais. É reconhecido pela comunidade científica que esta situação é devida à atividade humana. -----

----- O dióxido de carbono provoca efeito de estufa aumentando a temperatura global, na terra e nas águas dos mares. O dióxido de carbono em elevada concentração dissolve-se nas águas provocando a acidificação das águas tornando-as incapazes de sustentar vida -----

----- Em Oeiras preocupamo-nos com a saúde dos oceanos pois a nossa qualidade de vida depende da saúde dos oceanos. Temos solidariedade inter-geracional, todos nos preocupamos com o legado para as futuras gerações. O nosso grupo político 'Inovar Oeiras de Volta' tem um programa político com linhas de intervenção para a sustentabilidade e a diminuição da emissão de gases de estufa. Estamos a retomar o modelo de Desenvolvimento Sustentável, estamos alinhados com os Objetivos definidos pelas Nações Unidas na Agenda vinte/trinta-----

----- Queremos usar os nossos recursos naturais de forma mais inteligente e eficiente, minimizando os custos, mas defendendo o emprego e o investimento. -----

----- Vamos promover a certificação ambiental com a ISO catorze mil e um, melhorar a eficiência da iluminação dos espaços públicos e a melhoria da rega. -----

----- Vamos fortalecer as nossas parcerias com a Estação Agronómica, com o Aquário Vasco da Gama, e com o Instituto Gulbenkian de Ciência - onde existem cientistas de renome internacional. Existe um trabalho de pesquisa notável e de grande relevância internacional no

Instituto Gulbenkian de Ciência. Esta é uma mais-valia deste Concelho, da qual não nos devemos esquecer e deveria, efetivamente, ser reforçada esta parceria com o Instituto Gulbenkian de Ciência em tudo que diz respeito à saúde dos mares. -----

-----Temos uma política de rearboração, com plantação de espécies mais adequadas para os nossos espaços verdes, promovendo o arrefecimento da cidade e a biodiversidade, a incentivar a compostagem dos resíduos verdes, a continuar a requalificação das nossas ribeiras e a reforçar a rede de percursos pedonais e ciclovias. Criar mais hortas urbanas, fazer educação para a cidadania ambiental em colaboração com as escolas, promover o ensino da jardinagem para todas as idades. Trabalhar para a eficiência energética e reduzir a pegada de carbono, promover a mobilidade elétrica, e incentivando a utilização de fontes de energia renovável vamos alterar o paradigma da energia na cidade até dois mil e cinquenta.-----

-----Em Oeiras temos cidadania, consciência e ética ambiental, queremos fazer algo, e o que cada um de nós possa fazer por mais pequeno que seja também conta. -----

-----Como diz a cientista Ruth Gates, do Instituto de Biologia Marinha, no Havai “pouco se fez para combater as alterações climáticas, a maior ameaça aos corais” e acrescenta “todos temos de ajudar. Já não há muito tempo, e tomar decisões de imediato é crucial”. Sic. -----

-----A minha segunda parte da intervenção é apenas uma reação àquilo que foi dito há pouco relativamente ao SATU. Infelizmente não está aqui o Senhor Presidente da Câmara mas, na altura, de dois mil e dois a dois e cinco, eu era membro do executivo desta autarquia e, portanto, sou responsável pelo SATU. O que foi feito naquele mandato eu estava lá, e, como tal, tenho que discordar com o que foi dito pelo Senhor Deputado e até me sinto um pouco indignada com o que disse.-----

-----Não vejo mal nenhum em copiar boas práticas ou projetos estruturantes que existam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

noutros continentes deste pequeno planeta. -----

----- Em segundo lugar a mudança não deve ser vista como uma ameaça mas sim como uma oportunidade. Oeiras sempre abraçou a mudança, nunca teve medo da mudança e vamos continuar nessa senda. O nosso Presidente é um homem visionário, sempre lhe reconheci essa característica e penso que também será uma característica que levou a maioria dos oeirenses a votarem nele. Portanto, Senhor Deputado permita-me discordar da sua opinião, com todo o respeito, mas eu fui responsável pelo SATU e continuo a dizer que era um excelente projeto.-----

----- Apenas gostaria de acrescentar que neste país à beira mar plantado e por consequência de problemas graves nos mercados mundiais, a partir de dois mil e oito, nomeadamente a crise do “subprime” o nosso país entrou em algo que se poderia dizer uma derrocada geral que se começou a sentir a partir de dois mil e nove e creio que ainda hoje estamos a sentir os efeitos dessa crise prolongadíssima nos mercados financeiros mundiais.-----

----- Aquilo que poderia ter sido um excelente projeto, como o caso do SATU, que estava combinado com autarquias adjacentes para as vir a ligar num modo verde, ecológico e elétrico, não aconteceu devido à derrocada dos mercados financeiros mundiais. Este projeto e muitos outros projetos estruturantes neste país e por essa Europa fora e por esse Mundo fora, Senhor Deputado! Nós não podemos olhar só para Portugal como algo minúsculo que existe aqui mas que é tão grande que é o tamanho do nosso umbigo mas não, nós estamos integrados num planeta que trabalha em rede e está tudo interligado. Portanto, a nossa capacidade de visão tem que ir muito para além das nossas fronteiras.”-----

4.7. O Senhor Deputado Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Gostava, em nome do Partido Socialista, de fazer duas referências: -----

-----Perguntar o que se passa, porque houve uma altura que diziam e até acreditámos que ia melhorar, com o problema dos resíduos sólidos. Houve uma intervenção, na base de um concurso do anterior executivo, viu-se algumas melhorias mas hoje volta-se outra vez a ter uma degradação, pois os resíduos sólidos não são recolhidos e os equipamentos que os deviam recolher estão danificados. -----

-----Quando, no mandato anterior, fiz parte da Comissão do Ambiente e Ordenamento do Território, numa das visitas que fizemos (das muitas que fizemos) chegou-se à conclusão que havia um homem, que infelizmente já não faz parte do rol dos vivos, que tinha feito uma intervenção muito grande no Concelho de Oeiras. Esse homem era o Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, que interveio no projeto de apoio ambulatorio local e teve algumas intervenções como o Alto da Loba, equipamento que foi visitado, na altura, pelo Senhor Presidente da República, Jorge Sampaio. Recordo-me tão bem como hoje aquilo que disse ao Nuno Teotónio Pereira, que não gostava e ele respondeu-me que era projeto seu e que não fazia mal. -----

-----Ficou, no mandato anterior, uma homenagem e uma exposição da obra de Nuno Teotónio Pereira no Concelho de Oeiras. Pensava eu que o dia vinte e cinco de abril, seria o dia indicado para prestarem homenagem ao Nuno Teotónio Pereira, por aquilo que sei parece que existe até uma estátua para o homenagear. Perguntava: Para quando esta homenagem ao Arquiteto Nuno Teotónio Pereira? Porque, de facto, Nuno Teotónio Pereira é daqueles homens que saiu da prisão no dia vinte e sete de abril de mil novecentos e setenta e quatro acompanhado da filha que também lá estava.”-----

4.8. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de falar um pouco sobre a importância da Língua Portuguesa e como a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara Municipal de Oeiras propõe a ocupação cultural, no Templo da Poesia, com um eixo de ação focado na Língua Portuguesa.-----

----- Realçar a importância da Língua Portuguesa como fator dinamizante, não só no campo da cultura mas também no campo da economia. Mais uma vez aqui revela a Câmara uma grande visão sobre a importância cultural, anexada e integrada na importância económica. Quanto maior é o número de falantes de uma língua mais valorizada ela fica a nível global e mais quererão as pessoas aprender essa língua. -----

----- O incremento de alguns consumos culturais no espaço da lusofonia está intimamente ligado aos elevados níveis de iliteracia das comunidades lusófonas. Parabéns pelo acesso a bens culturais enquadrados pela língua comum.-----

----- Estes veículos culturais se disponíveis para os seus potenciais consumidores e porque são, realmente, economicamente acessíveis, têm um elevado potencial de socialização linguística, e assim são um elemento integrador, nomeadamente e designadamente, na qualificação do emprego, no setor cultural e na sensibilização para a cultura e para as artes.-----

----- O aparecimento de novas profissões ligadas à língua e à palavra no setor cultural são, muitas vezes, resultantes do domínio da língua comum. Cito: o teatro, a literatura, o cinema, a televisão, etc., reconhecendo assim a dimensão económica do seu funcionamento.-----

----- Assim estas iniciativas culturais na promoção de produtos em Língua Portuguesa dinamizam a economia local e todos os falantes da Língua Portuguesa. O português é já reconhecido pelo seu potencial económico e já reconhecido como língua de comunicação internacional. As instituições, como a Câmara Municipal de Oeiras, que reforçam os seus laços

com a língua através destas dimensões culturais, estão de parabéns. -----

----- Parabéns aos eventos levados a cabo no Templo da Poesia, no Parque dos Poetas, entre outros.” -----

4.9. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“O Bloco de Esquerda, a propósito do SATU, insiste num truque de meias ou de quartos de verdade, que como todos sabemos são as mentiras mais insidiosas.-----

-----Como resposta, e uma vez que considera que o SATU é o primeiro incumprimento do programa do INOV, convido-o a ler aquilo que o INOV diz no seu programa relativamente ao SATU:-----

-----“Apostar na construção da segunda fase do SATU permitindo de uma forma amiga do ambiente, rápida e a preços favoráveis, transportar os utentes da estação de Paço de Arcos para o Lagoas Parque e para o Tagus Parque. Ficarão assim criadas as condições para dar continuidade à ligação ferroviária até ao Cacém, garantindo deste modo a conclusão de um projeto essencial à mobilidade na região da Grande Lisboa que consiste na ligação da linha de Cascais/Oeiras/Lisboa à linha de Sintra. Oeiras será desta forma uma zona absolutamente central e privilegiada no que respeita ao transporte na Grande Lisboa”. -----

-----Se o que está plasmado tem alguma coisa a ver com aquilo que afirmou o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, eu não sou capaz de o encontrar.-----

-----No que respeita a este ponto creio que esta é a única resposta a quem pensa tão pequenino e a tão curto prazo.” -----

4.10. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Não poderia ficar calado perante os comentários (a que já nos habituou) feitos pelo Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) relativamente ao SATU. Até porque o PSD sempre esteve a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apoiar esta solução, quer porque eu próprio quase desde o início até à sua extinção exerci o cargo de Presidente da Assembleia Geral deste sistema. Sistema que, em vez de se chamar sistema automático de transporte urbano, melhor seria sistema avançado de transporte urbano. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) parou no tempo em relação a esta matéria. E, de facto, aquilo que entendemos fundamental é que o que matou este projeto não foi a sua eficiência ou, de facto, a sua inovação, ou a capacidade de melhorar o meio ambiente que nos rodeia, mas foi fundamentalmente uma questão financeira. Aliás, e aqui mea culpa, é de alguma maneira esta questão financeira e o parecer da Senhora Ministra das Finanças do anterior Governo que entenderam que esta empresa municipal não cumpria os rácios económicos que lhe permitissem manter-se em atividade esquecendo afinal que todas as empresas de transporte neste país, segundo creio, não dão lucro, pelo contrário, dão prejuízo. -----

----- Portanto, é, de facto, espantoso como se continua a bater nesta tecla, quando algumas das Forças, inclusive nesta Assembleia, que também não aceitaram esta solução, continuam ainda hoje a defender a necessidade de meios alternativos, nomeadamente um comboio rápido, um sistema de elétrico rápido. Ou seja, no fundo o que está aqui em causa é uma solução que entre nós, infelizmente, não teve sucesso por razões que julgo que é de todos conhecido, porque não é preciso ir à Austrália para descobrir este meio de transporte. Basta que os Senhores Deputados, e estou agora a tentar enviar um SMS com fotografias de um “caixote”, que é aquilo que o Senhor Deputado se refere a este sistema, em Assis, Itália e que, de facto, é *ipsis verbis* uma reprodução daquilo que tínhamos em Oeiras. Portanto, o que quero dizer é que basta de mentiras em relação a este sistema. Era um sistema adequado, útil e importante para o Concelho.

Infelizmente devia ter prosseguido para que a sua eficiência financeira pudesse ser altamente comprovada. Não aconteceu mas esperamos que a atual Câmara, chamando-lhe SATU ou outra coisa qualquer, implemente um sistema de transporte que seja amigo do ambiente e que permita aos cidadãos de Oeiras continuar a utilizar este sistema de transporte, não apenas até ao sítio onde ele ficou mas até aos limites do Concelho porque era isso que seria realmente importante.”

4.11. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Aproveitar o privilégio de estar nesta Assembleia Municipal com o Executivo para lhe fazer duas perguntas muito objetivas. Uma delas deriva da minha participação no Conselho Municipal da Educação, que teve lugar há bem pouco tempo.-----

-----Nessa reunião o Presidente da Câmara anunciou que ia recuperar a antiga escola primária do Dafundo para uma residência de estudantes. É, de facto, um projeto muito interessante e faz todo o sentido que aquela escola seja, efetivamente, recuperada para esse fim e a pergunta é exatamente quando é que nós vamos transformar aquele espaço em obra. Até porque a falta de alojamento para os estudantes no nosso Município (que aqui estudam) é insuficiente, e, de facto, aquele espaço ia ajudar a resolver essa carência.-----

-----A outra pergunta, também muito objetiva, simples, fácil e no interesse de Oeiras (penso eu), tem a ver com a Vila Chore, temos lá um edifício em obra para habitação jovem, que está finalmente a correr a bom ritmo, mas há um outro maior, mesmo encostado à Vila Chore que tem há muitos anos um cartaz de habitação jovem, que é um prédio, salvo erro, com quatro andares, com uma servidão de vistas muito bonita, que está em ruína e que era importantíssimo que nós transformássemos em obra.-----

-----Finalmente, e para acabar, uma pequena observação. A Área Metropolitana onde estamos inseridos, a Área Metropolitana de Lisboa tem um gravíssimo problema de mobilidade.



ae

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

E o grupo da CDU desta Assembleia Municipal quer dar para o peditório de resolver esse problema. De facto, todas as propostas que equacionem, resolvam e não levem a perder mais tempo em discussão que não conduz à solução do problema, era, de facto, o peditório que estamos disponíveis para dar. Gostaríamos que este assunto fosse encarado com toda a frontalidade e com toda a decisão porque se perguntarmos às pessoas que aqui vivem e trabalham, esse é um dos principais problemas que temos que enfrentar. Portanto, é por aí e não expiar aquilo que já aconteceu, e aí estamos à vontade porque sempre achámos que este problema tem que ser equacionado de uma forma sistémica, enquadradora e de uma dimensão e de uma escala capaz para resolver o problema. É por aí que temos que olhar. Podemos não esquecer o passado mas o que nos interessa agora é no presente resolver porque temos condições para equacionar uma boa proposta e ajudar a resolver o problema da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa.” -----

4.12. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queria alertar a Câmara Municipal de Oeiras para a seguinte situação: -----

----- Estão a decorrer nas escolas algumas ações de sensibilização sobre o bullying, diretamente na turma com os alunos e, o que se passou recentemente... Devo dizer, aliás, que estas ações são dinamizadas pela Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento e, o que aconteceu mais recentemente no Agrupamento de Escolas de Santa Catarina é que houve uma ação, que foi dirigida aos quintos anos de escolaridade e, portanto, é apresentado um vídeo sobre uma situação com os agressores e as vítimas, mas todo o vídeo é em inglês, ou seja, numa língua, num nível em que os alunos do quinto ano não dominam e, portanto, não compreenderam

o vídeo ou até passou mal a mensagem e deturparam a mensagem. -----

-----Acho que estas iniciativas são bem-intencionadas.-----

-----Esta Associação é uma IPSS que tem ido às escolas, e, tem dinamizado algumas sessões e até com sucesso, mas, de facto, desta vez não correu bem e, há que ter o cuidado de assegurar que a abordagem, que é feita, é dirigida a quem é dirigida, e, portanto, com os cuidados, que se deve ter para assegurar o resultado pedagógico e educativo, que é esperado. Por conseguinte, a ação tem que ser adequada ao nível etário dos alunos. Era só este alerta.” -----

4.13. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte: -----

-----“Houve aqui uma afirmação de que tinha dito mentiras e outra afirmação de que tinha dito meias verdades, gostava que os Senhores Eleitos, que fizeram estas afirmações me respondessem às seguintes questões: -----

-----É verdade ou não que o SATU quase não tinha passageiros?-----

-----É verdade ou não que as dívidas da Empresa Teixeira Duarte aproximaram-se muito dos trinta milhões de euros?-----

-----É verdade ou não que a Teixeira Duarte perdoou essa dívida à Câmara?-----

-----É verdade ou não que não houve estudo de viabilidade económica? -----

-----É verdade ou não que não houve estudo de tráfego? -----

-----Acho que estas foram as afirmações mais fortes, que estavam escritas na minha intervenção e tudo o que disse é verdade. Era só isto. Agradeço a sua bondade, Senhora Presidente.” -----

4.14. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte: -----

-----“Vivemos um momento em que a comunicação social tem vindo a anunciar um acordo relativamente à descentralização entre os dois maiores partidos portugueses; o Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Socialista e o Partido Social Democrata. -----

----- Este momento é uma oportunidade para os municípios agarrarem com toda a determinação e com todo o afinco para garantir que um conjunto de políticas, que até hoje foram decididas nos Gabinetes da Administração Central, possam ser feitas mais diretamente junto dos cidadãos e, portanto, ouvindo a preocupação dos cidadãos e aquilo que é a visão, que os autarcas locais têm dos municípios. Nesse sentido, gostaria de ter uma resposta da parte da Vereação, no sentido de saber se, aproveitando esta realidade e esta oportunidade, Oeiras vai estar na linha da frente da reivindicação num Processo de Descentralização Administrativa para o Concelho. -----

----- A segunda questão tem a ver com investimento na Linha de Cascais – não vou retirar ou mandar culpas para o passado. Não vale a pena! A história confirma o que se passou relativamente ao desinvestimento na Linha de Cascais, mas queria saber de que forma é que a Câmara está disposta, no Quadro da Reprogramação do Quadro Financeiro atual ou na Programação do Quadro Financeiro vinte/trinta, de que forma é que a Câmara está a agarrar esta oportunidade junto do Governo para concretizar os investimentos necessários. -----

----- Uma outra questão tem a ver com o período que nos dista das eleições autárquicas. Passaram-se seis meses e ao longo deste tempo continuamos a aguardar ansiosamente o Plano de Desenvolvimento Estratégico, o Plano de Mobilidade, um projeto mesmo que embrionário ou experimental do Combustível e assim como aguardamos “coisas bem mais comeczinhas”, como documentos já pedidos nesta Assembleia Municipal e que o Executivo assumiu o compromisso de entregar como o Contrato Local de Segurança ou apenas informações consistentes e claras, sobre por exemplo: o problema da Rotunda do Marquês e as dificuldades, que ela está a criar à

população de Nova Oeiras, os painéis colocados na Estação de Santo Amaro e que tanta polémica tem criado e tanta contestação tem havido da parte dos moradores aqui, nesta Assembleia ou com cartas dirigidas à Senhora Presidente.-----

-----Gostaríamos de perceber o que é que se está a passar e porque é que estas coisas não andam! Porque é que a Assembleia Municipal não tem conhecimento, efetivamente, destas matérias, que o Executivo se comprometeu a entregar logo que possível! Será que esse “logo que possível” são tantos meses assim?-----

-----Finalmente, e quanto ao SATU, o Partido Socialista teve uma posição sempre clara relativamente ao SATU e não andou a iludir as pessoas sobre o que é que seria o SATU no futuro.-----

-----A verdade é que hoje fala-se do SATU como se fosse uma solução idílica que resolvia os problemas todos, quando nós sabemos que, efetivamente, o SATU tinha muito pouca procura e um trajeto limitadíssimo até por causa da natureza da sua forma de mobilidade. E, portanto, tem sentido que se equacione uma solução de mobilidade e de transporte, que resolva todos os problemas que o SATU, efetivamente, teve e que na prática nunca ele soube resolver ou nunca conseguiu resolver. Nessa perspetiva, o Partido Socialista apresentou proposta claras e está, naturalmente, disponível para encontrar as soluções, que melhor se adequem a uma mobilidade, que Oeiras não tem e que os oeirenses merecem ter.”-----

4.15. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de perguntar ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda em que universo é que uma dívida de uma empresa é perdoada por essa empresa, onde terceiro, nada tem a ver com ela. Se a dívida era da Teixeira Duarte, como aqui, aliás, já foi claramente explicado pelo Presidente da Autarquia, Doutor Isaltino, como é que a Teixeira Duarte perdoa à Câmara



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal uma dívida que não era sua? -----

----- Finalmente, registo com muita tristeza que o Bloco de Esquerda, neste Órgão, se oponha àquilo, que até ao momento foi apresentado como o mais eficiente e, provavelmente, o mais eficaz e o mais limpo, diga-se de passagem, meio de transporte. Lamento com tristeza, de facto!”-----

4.16. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “O Plano Estratégico dos Resíduos, que referiu a Senhora Deputada Joana Silva (CDU), reporta-se, neste momento, essencialmente, à realização do sistema de recolha. Também como sabe, há alguns anos, o Município de Oeiras lançou os oleões, que foram colocados e disponibilizados em espaço público. -----

----- A questão das rolhas e das pilhas não é o Município que está a lidar diretamente, podem ser entregues, por exemplo, no Continente, porque é uma questão referente aos comerciantes. Estes é que são os responsáveis pela recolha das pilhas e das rolhas. Sobre este assunto estamos esclarecidos. -----

----- Muito obrigado, Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), pelos elogios, o Município de Oeiras teve durante muito tempo um referencial político de cooperação descentralizada e interrompida, durante algum tempo, cerca de quatro anos, mas, estamos a tentar retomá-la agora.-----

----- Vamos diretamente à questão da UCCLA. Saber porque é que a UCCLA reuniu em Cascais e não reuniu em Oeiras por uma razão simples, Senhor Deputado Pracana (PSD), porque Oeiras não era membro da UCCLA naquele tempo, porque alguém decidiu tirar a UCCLA de

Oeiras e, assim, lá vamos nós dando oportunidade aos nossos vizinhos. A razão de ser foi essa mesma. Agora, regressamos e estamos a tentar fazer um caminho, outra vez. -----

-----Sobre a obra da Rotunda da Fonte, junto ao Oeiras Parque, e o cemitério, a obra é do SIMAS e está prevista até ao dia vinte e sete de julho. O corte da estrada está autorizado durante o mês de maio, mas, já durante esta semana vai passar de corte de estrada a condicionamento do trânsito. As condições do trânsito vão começar a aliviar já durante esta semana.-----

-----Senhor Deputado Jorge Mendonça (CDS-PP) – bem-vindo, na questão da circulação na Quinta do Marquês – que “diabo!” Isto é “preso por ter cão e preso por não ter”, quer dizer, nós tentamos acelerar a obra para causar o mínimo de danos a quem lá passa ou vive, somos criticados porque a segurança não está acautelada, supostamente. Não é possível não estar acautelada! -----

-----O rompimento de uma conduta de gás diz respeito à empresa, que está a fazer a obra e, provavelmente, a um cadastro, que dê algum problema e, quando se está a fazer a obra, acerta-se num tubo de gás e é uma fuga de gás. Tão simples, quanto isto! -----

-----Na colocação das ilhas ecológicas, aqui há alguns anos atrás, o município tinha alguns problemas por ter um registo de cadastro que, muitas vezes, não estava correto, quando se furava, cortavam-se os fios da TV Cabo, por exemplo, como não estavam devidamente cadastrados, furava-se e como não se sabia que estavam lá os fios, cortavam-se os fios da TV Cabo. Hoje, o que aconteceu foi furar a conduta de gás.-----

-----As ciclovias – aquela concretamente, não sei qual é o seu projeto, mas posso dizer que as ciclovias, nos próximos anos, portanto, estão ainda em fase de projetos, vão crescer exponencialmente no Concelho. Está a ser estudada a deslocação da ciclovia de uma ponta a outra no Concelho, de norte a sul e até a passagem para os concelhos vizinhos. Portanto, tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isto está a ser acautelado nos próximos anos.-----

----- Sobre o SATU, Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), está quase tudo dito. O SATU tinha um contrato parassocial, que assegurava que em caso de prejuízo, a dívida era assegurada pelo privado. Muito me espanta que seja o Bloco de Esquerda a tomar conta dos prejuízos da Teixeira Duarte. -----

----- Enquanto este acordo parassocial previa defender os interesses do Estado, desta vez veio o Bloco de Esquerda dizer: “aqui d’El-Rei” que as empresas estão a pagar. É muito estranho!-- -----

----- Agora uma segunda questão - durante a campanha eleitoral e não pode ter sido mais claro, a força política que ganhou as eleições disse que queria fazer o SATU ou um transporte análogo em linha dedicada. Ninguém pode dizer que não dissemos ao que vínhamos. Dissemos ao que vínhamos e tivemos maioria absoluta. O resultado eleitoral foi este e os oeirenses não foram enganados.-----

----- Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV) saudar a sua intervenção sobre a política ambiental, como esta Câmara sabe, estive com o Senhor Presidente, recentemente, na Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe, que é a reserva da biosfera e posso dizer-lhes que é quase emocionante ver uma reserva da biosfera e ver o tanto que nós vimos perdendo ou vimos prejudicando o nosso futuro. Venho, de certa forma, contaminado não pela poluição, mas pelas boas práticas, que o Governo Regional do Príncipe soube implementar e pelo desenvolvimento sustentável, que estão a criar e, muitas vezes, nós pensamos, se não podíamos fazer muito mais com os muitos maiores recursos, que temos do que aquilo, que aquela gente tem vindo a fazer.

Portanto, de saudar.-----

-----Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), sobre o Valor Económico da Língua Portuguesa, dizer-lhe que a própria política de cooperação descentralizada do Concelho de Oeiras apostava nessa dimensão. Como deve ser do conhecimento de todos, a ação externa portuguesa tem uma dimensão essencial de cooperação, que é a continuação de um relacionamento secular com outros povos de outros territórios e saber explorar e obter ganhos mútuos desse relacionamento é um desafio que cabe a todos os países e que também nós devemos saber integrar-nos nesse mesmo desafio. Obrigado pelas suas palavras.-----

-----O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS), não sei se está recordado, não sei se o Senhor Deputado estava nessa reunião da Assembleia Municipal. Há algumas semanas atrás, colocaram-nos uma questão referente à estratégia da recolha dos resíduos sólidos, nós dissemos, na altura, que estávamos a ver algumas melhorias, fruto de algumas alterações, que foram introduzidas também decorrentes dos concursos, que tinham sido lançados do mandato anterior e com a reorganização dos serviços, mas que a situação não estava resolvida. Sempre dissemos isso. Portanto, não era possível que se resolvessem em tão pouco tempo -----

-----O Plano Estratégico para a realização da recolha – o Plano Estratégico dos Resíduos visa essencialmente combater esse problema. -----

-----Oeiras foi ultrapassado ou deixou-se ultrapassar largamente nos últimos anos, muito largamente e, é essa recuperação desse tempo perdido, que estamos a tentar fazer.-----

-----Sobre os equipamentos que estão em mau estado, concretamente, não sei a quais se referia. Os equipamentos em mau estado da recolha. Haverá, certamente, alguns recipientes que não estão em boas condições que vão sendo substituídos.-----

-----Quanto às Ilhas Novas, que possam estar em mau estado. As Ilhas Novas tinham sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chumbadas há algum tempo e foram aprovadas depois. Por alguma razão tinham sido recusadas há cerca de dez, doze anos atrás.-----

----- A homenagem ao Arquiteto Nuno Teotónio Pereira, acho que é muito devida e acho que todos nos devemos lamentar do esquecimento comum de todas as forças políticas, porque ninguém a propôs. Não me lembro nos últimos meses alguém a ter proposto. Ainda bem que Vossa Excelência se lembrou para que possamos, de algum modo, levá-la em frente.-----

----- Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), a Escola Sofia de Carvalho, em Algés – não é essa escola? É que estava aqui a falar com o Senhor Vereador, que me disse que, não é o que o Senhor Presidente anunciou, disse que era um potencial uso futuro para essa escola. Não está anunciado. Tem de ser estudado. Dizer-lhe apenas que não foi anunciado, é um potencial uso, que tem de ser estudado. Ainda não foi anunciado nada. Portanto, não há nenhum compromisso sobre essa matéria.-----

----- Sobre a Vila Chore, não sei se o Senhor Vereador Nuno Neto tem conhecimento do estado em que está a Vila Chore – habitação jovem? Passo a palavra ao Senhor Vereador.-----

4.17. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) interrompeu para dizer o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente dá-me licença. Foi, exatamente, nesses termos, foi no potencial não é? Mas, o potencial é tão interessante que, para nós, compete-nos aqui dizer: “Andem lá com o potencial para a obra.” A questão é um bocado disso mesmo. Temos capacidades de realização e necessidade. É um edifício emblemático na zona que é. Vamos transformar o potencial em obra.”-----

4.18. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu ainda o seguinte:-----

-----“Muito obrigado pela proposta, Senhor Deputado. Estava apenas a dizer-lhe que o Senhor Presidente falou desse potencial, reconheceu o potencial e a necessidade, só não estabeleceu ainda nenhum compromisso em relação a essa questão. -----

-----Sobre a Vila Chore, Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) deixe-me dizer-lhe o seguinte: nós deparamo-nos nas últimas semanas, desde o início do mandato, com a paralisação dos projetos de habitação, nos últimos anos, portanto, vou-lhe pedir licença que pergunte aos Serviços e depois responder-lhe-ei na altura correta sobre esta questão. -----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS), já agora, se me permite, antes a Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) falou da questão do bullying nas escolas. Todos nós, que somos pais temos, certamente, receio disso. Tenho muito receio que a minha filha seja alvo de bullying mas, depois, também penso, o que não será ser pai de um bullying! E, como é que se controla e educa um bullying, porque muitas vezes não está nas nossas mãos. Mas é uma problemática que o Município de Oeiras terá, certamente, em atenção. O Senhor Vereador da Educação, que é uma pessoa atenta e muito preocupada com estas temáticas e um grande conhecedor delas, certamente tomará medidas para tentar minorar o problema em Oeiras. -----

-----Por fim, o Senhor Deputado Jorge Rato (PS), quando ouvi falar da descentralização e do que o Município de Oeiras vem fazendo, pensei que Vossa Excelência vinha portador de uma mensagem do Ministro da Saúde a agradecer, mais uma vez, o facto, de vir aqui inaugurar equipamentos! -----

-----Sinceramente, pensava que era portador de uma mensagem do Senhor Ministro da Saúde a agradecer a inauguração do Vinte e Cinco de Abril, porque o Município de Oeiras vem fazendo equipamentos, que são da responsabilidade da Administração Central! A esquadra já está. Bombeiros também somos nós que fazemos. Fazemos centros de saúde. A novidade é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fazermos a linha de comboio! Agora, é o comboio. Não temos recursos para tanto! Nem o Município de Lisboa aceitou o Metropolitano, quer dizer, o que estamos a fazer, no Quadro da AML, e, como Vossa Excelência sabe, isto é uma preocupação, que não depende apenas do Município de Oeiras, depende da AML, a linha de comboio, a Linha de Caminho-de-ferro do Estoril perdeu vinte milhões de passageiros em vinte anos e não foi, certamente, por responsabilidade dos municípios. E também, deixe-me dizer-lhe que, não foi da responsabilidade dos últimos governos só, há de ter sido de todos, porque todos eles desinvestiram ou pouco investiram. Não pode haver responsabilidade de só um! Podemos dizer que há uma responsabilidade sistémica de todos os governos que, lamentavelmente, não apostaram o necessário numa das mais importantes linhas de caminho-de-ferro do País! -----

----- Agora, dizer-lhe também o que o Município de Oeiras tem vindo a fazer, é trabalhar no Quadro da AML, no Grupo de Trabalho da Mobilidade. AML essa, tão bem liderada pelo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, que tão responsabilmente se tem preocupado com isso.

----- Dizer-lhe também, que nós temos consciência que a questão dos transportes públicos são hoje um fator tremendo de injustiça social, tremendo! Porque os pobres estão sujeitos a pagar transportes muito caros e muito maus que, muitas vezes, não satisfazem as suas necessidades. Todos nós temos consciência disso e é no Quadro da AML, que estamos a trabalhar e estamos a fazê-lo.”-----

4.19. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) tomou a palavra para dizer o seguinte: -----

----- “Só para dizer ao Senhor Vice-presidente, ou não ouviu ou não quis ouvir, o que lhe perguntei. Perguntei-lhe em concreto duas coisas muito simples, que têm uma resposta também

muito simples – ou sim ou não.-----

-----Perguntei-lhe se relativamente ao novo Quadro de Descentralização, que se anunciava, resultado do acordo do PSD e do PS, se Vossa Excelência e a Câmara Municipal estavam disponíveis para estar na linha da frente da descentralização – primeira questão.-----

-----Segunda questão, que coloquei e, não tem nada a ver com a Área Metropolitana e nem a Autoridade Metropolitana de Transportes, peço-lhe desculpa. Tem a ver com o que lhe perguntei, se a Câmara de Oeiras estava munida das armas suficientes para junto do Governo garantir que na Reprogramação do Quadro Comunitário atual ou na Programação do Quadro Vinte/Trinta estava munida de todas as armas necessárias para garantir o financiamento para a Linha de Cascais. -----

-----Foi tão só isto que coloquei! -----

-----É evidente que eu sei e o Senhor Vice-presidente também sabe, que eu sei, como é que as coisas na Área Metropolitana têm andado a correr e aposta do Presidente Fernando Medina em garantir que a Área Metropolitana dá uma resposta coletiva ao problema das mobilidades, que é dos fatores mais injustos, que existe do pós Vinte e Cinco de Abril, porque a verdade é que ninguém o resolveu eficazmente em prol das populações, nomeadamente dos mais desfavorecidos.-----

-----Mas, as questões, que coloquei não foram essas! Foram só dizer e é fácil; é um sim ou um não. -----

-----Está a Câmara disposta a estar na linha da frente da descentralização e da reivindicação do reforço dos meios para a Linha de Cascais?” -----

4.20. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte: -----

-----“Penso que o Senhor Vice-presidente entendeu mal a minha intervenção, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

disse e volto a dizer é que já estava planificada há muito tempo, vem do mandato anterior, a homenagem ao Nuno Teotónio Pereira com uma exposição e inclusive vão criar uma estátua para lha colocar... Pensei que era este ano, no Vinte e Cinco de Abril que também cabia lá a homenagem ao Nuno Teotónio Pereira. Era isto que perguntei e não era para o Sete de Junho.” --

4.21. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Dizer apenas ao Senhor Deputado Jorge Rato (PS) que, como sabe, há mais de trinta anos que o Município de Oeiras se vem substituindo ao Estado Central e as competências são suas e, portanto, estamos preparados para... Há trinta anos que vimos fazendo, naturalmente, que estamos dispostos a estar na linha da frente, na vanguarda. Sei que Vossas Excelências gostam da expressão “vanguarda”. Estaremos na vanguarda da descentralização.”-----

4.22. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Foram dados os esclarecimentos, que o Senhor Vice-presidente achou por bem dar e, penso que tudo ficou esclarecido.-----

----- Iria dar por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e, iria pôr à consideração dos Senhores Deputados uma alteração na Ordem de Trabalhos.-----

----- Nós temos como primeiro ponto a Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras e, como segundo ponto a Apreciação do Plano Anual de Avaliação da Atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras. Se não se importassem, sugeria a troca da ordem destes pontos, dados que estão os técnicos da Comissão de Proteção para fazer a apresentação e nós ficaremos cá também para a Reestruturação Orgânica.-----

----- Se não houver nenhuma objeção da parte dos Senhores Deputados, iria tratar do

ponto número dois - Apreciação do Relatório Anual de Avaliação da Atividade dois mil e dezassete - Plano de Ação dois mil e dezoito, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras. Iria pedir à Senhora Presidente da Comissão, se queria fazer alguma apresentação.” -----

5. PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

5.1. Apreciação do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2017 - Plano de Ação 2018, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

-----A Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ) - Isabel Ranito, fez a seguinte apresentação:-----

-----“Agradeço o amável convite, que me foi dirigido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal para estar aqui presente e dar-vos conta do que é que foi o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Oeiras no ano dois mil e dezassete. -----

-----É com muito gosto que aqui estou. Aliás, há pouco em jeito de brincadeira, dizia que este já é aqui o meu “cantinho” nesta casa, que também tão bem tem acolhido todas as questões ligadas à promoção e proteção dos direitos das crianças e neste espaço de reflexão tão importante, que cruza aqui o olhar mais técnico de quem está no terreno, mas também com um olhar político e mais estratégico, ambos igualmente importantes na definição de respostas integradas e, que assim, melhor respondam às necessidades das nossas crianças e das nossas famílias. --- -----

-----Ia só pedir à assistência técnica, porque preciso de ligar... Enquanto esta situação técnica não é resolvida, fazer aqui apenas uma nota prévia, aqui um pouco em jeito também de balanço do que é que tem sido e foram estes três últimos anos de trabalho da CPCJ de Oeiras. ---

-----Como é de todos sabido, dois mil e quinze, a CPCJ de Oeiras esteve aqui no limite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do seu funcionamento. -----

----- Gosto muito também de me inspirar na literatura e na música e, efetivamente, dois mil e dezasseis, aqui um bocadinho inspirada pelo pensamento do Livro do Príncipezinho: “É o tempo que te dedicaste à tua rosa, que a tornou importante.” Foi tempo de arrumar a nossa casa. -

----- Efetivamente, foi aqui um tempo precioso de reorganização interna, não só ao nível de procedimentos, a nível de documentação, a nível de fluxograma, comunicação interna, mas, também com o exterior que, aliada à estabilização da equipa, principalmente da Equipa da Restrita, nos permitiu voar para outros patamares. Voar em dois mil e dezassete para um patamar, onde a aposta, a grande aposta na prevenção se consolidou. E, aqui, mais uma vez, inspirada por um dos grandes Poetas Portugueses, um clássico, Fernando Pessoa: “Ponho quanto és no mínimo que fazes...”. -----

----- Quando olho para trás, no trabalho, que foi desenvolvido, em dois mil e dezassete, um trabalho que foi desenvolvido e, permitam-me aqui reforçar, com toda a comunidade do Concelho de Oeiras, com todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, permitiu-me perceber que todos nós pusemos muito de nós no mínimo, que fizemos na CPCJ.-- -----

----- Não me querendo alongar, só dar-vos também aqui, muito rapidamente, uma nota de como é que eu vou dirigir aqui a minha apresentação. Portanto, vamos ter aqui três momentos:---

----- Um primeiro momento que, através de imagens, vos vou dar conta dos principais projetos, que foram desenvolvidos em dois mil e dezassete ao nível da prevenção. E, deixar-vos uma nota de que a prevenção tem que ser a grande aposta e tem sido, até agora, a grande aposta

da CPCJ de Oeiras, porque, efetivamente, nós acreditamos que a melhor maneira de resolver os problemas é evitar que eles aconteçam. -----

-----Quando nos chega um jovem de dezasseis anos a uma CPCJ, seja a de Oeiras, seja outra qualquer, sinalizado por abandono escolar ou absentismo escolar com múltiplas retenções, num sexto ano, as comissões têm muito pouco para oferecer. Portanto, o trabalho tem de, cada vez mais, ser feito muito cá atrás. Diria que até a nível de jardim-de-infância, é aí que devemos de começar a trabalhar com as nossas crianças e com as nossas famílias ao nível da promoção e proteção dos seus direitos, evitando assim, que mais tarde, situações de perigo, que já vêm, muitas vezes, cristalizadas e, em que, o trabalho é imenso e o retorno desse investimento e dessa intervenção é, muitas vezes, diminuto. -----

-----Dito isto, vou-vos então dar conta do que é que foram os principais projetos a nível da prevenção, desenvolvidos pela CPCJ, em dois mil e dezassete.-----

-----E, depois, falar-vos um bocadinho do nosso Plano de Ação para dois mil e dezoito que, aliás, já está em curso e irei terminar com a caracterização do volume processual mais ao nível da reparação do que é que foram os nossos processos de promoção e proteção e uma breve caracterização desses mesmos processos referentes ao ano de dois mil e dezassete. -----

-----Vamos então começar. -----

-----Realmente costumo dizer que sou mesmo jurássica das novas tecnologias. -----

-----**Foram projetadas imagens.** -----

-----Começo por pedir as minhas desculpas pelo som, mas, de facto, não foi possível controlar este aspeto técnico -----

-----Ficou bem patente para todos que colocámos tudo, o que somos no mínimo que fizemos em dois mil e dezassete. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Passando, agora, então, ao nosso Plano de Ação para dois mil e dezoito que, como vos referi, já está em curso, organizei aqui esta informação em quatro níveis de abordagem: -----

----- A nível funcional – pretendemos continuar a manter atualizada a inserção dos Processos de Promoção e Proteção na aplicação informática. A Comissão Nacional tem uma aplicação, como o próprio nome diz, “Nacional” de consulta para todas as CPCJ no País. Portanto, uma aplicação complexa, que nos exige bastante tempo e que é imperioso que se mantenha atualizada na medida em que é uma base de consulta do Estado de Processos, de todos os processos por qualquer fonte, obviamente, autorizada. -----

----- É também esta aplicação, que está na base, depois, da elaboração do Relatório da Comissão Nacional e, em algumas comissões, utilizam também esta base para a redação do seu relatório. Não é o caso da CPCJ de Oeiras que preferiu e, temos essa autonomia, criar uma base de dados nossa, que designamos de Estatística Interna, que constitui a base da redação do nosso Relatório. - -----

----- Dar, então, continuidade ao desenvolvimento das tais ferramentas de trabalho, que otimizem os nossos procedimentos internos, não só ao nível desta Estatística Interna Anual; outras bases de dados, Gestão Documental e aqui é muito importante referir que este é, realmente, um processo dinâmico de permanente reorganização interna na medida em que as situações também se vão alterando, a articulação ou as orientações, que nos vêm sendo dadas pela Comissão Nacional também vão sendo alteradas, a articulação com o Ministério Público, e, aqui a lei também está, como é de todos sabida, em permanente alteração e, nessa medida, é importante que, efetivamente, esta equipa tenha também essa ferramentas, nomeadamente essa

capacidade de se ir flexibilizando e ajustando à dinâmica e àquilo que nos vai sendo pedido para otimização de todo o seu funcionamento. -----

-----Também estamos a trabalhar na elaboração do Manual de Acolhimento relativo ao sistema de promoção e proteção. Este é um documento que, efetivamente, tem-nos suscitado aqui algumas dúvidas, se deveríamos ser nós, Comissão Local a desenvolvê-lo. Na nossa ótica deveria ser um documento desenvolvido pela Comissão Nacional, aqui numa ótica de procedimentos uniformizados para todas as comissões e na tentativa de todos termos uma linguagem comum. Essa dica já foi deixada a título de sugestão, não sei se está a ser concretizada ou não? Ainda assim, porque sentimos esse “gap” na nossa intervenção diária, principalmente quando recebemos técnicos no nosso grupo, não só da Alargada, mas principalmente da Restrita. Temos tido, realmente, essa grande falha e necessidade de termos um documento atualizado com a informação sistematizada e que possa num primeiro momento dar aqui uma nuance do que é que é a CPCJ, o seu papel, as suas competências, o que é o sistema de promoção e proteção e as várias fases dum Processo de Promoção e Proteção. -----

-----Temos uma equipa de duas colegas, que estão, neste momento, a elaborar.-----

----- Já temos algum material recolhido, mas, como entendem, o mundo do sistema de promoção e proteção é um mundo, e, portanto, irá ainda levar-nos algum tempo. -----

-----Ao nível da articulação e colaboração é muito importante, porque não trabalhamos sozinhos e, portanto, pretendemos dar continuidade à cooperação entre a CPCJ de Oeiras e todos os agrupamentos educativos do Concelho e também alguns fora do Concelho. Temos aqui, e eu coloquei entre parenteses, a interlocução mensal para além duma série de projetos, no âmbito da prevenção, que têm vindo a ser desenvolvidos muito estrategicamente para dotar a primeira linha de ferramentas, que as otimizem melhor a sinalizar e a desenhar uma intervenção de primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

linha antes de subir para um segundo patamar de intervenção. -----

----- Temos também a interlocução mensal feita por duas professoras: uma é a Professora Elisabete Lagos, que está aqui ao meu lado, representante do Ministério de Educação na CPCJ de Oeiras e temos também agora a meio tempo uma outra professora, um apoio técnico, que também está a apoiar-nos nesta interlocução. Fundamental também aqui, na agilização e no acompanhamento, na monitorização dos Processos de Promoção e Proteção em cada agrupamento. Estas duas colegas reúnem-se, mensalmente, com todos os interlocutores dos vários agrupamentos educativos de escolas do Concelho e trocam algumas impressões relativamente ao acompanhamento dos processos em causa.-----

----- Notar que estes processos, ou seja, o acompanhamento, que é feito, é somente nas situações em que a escola nos sinaliza ou nas situações em que por algum motivo, decorrente da avaliação diagnóstica, o técnico gestor do processo percebe que era importante envolver a escola, eventualmente, numa aplicação decorrente da aplicação de alguma medida de promoção e proteção e conseqüentemente na assinatura do acordo de promoção e proteção, caso contrário, caso não se justifique, obviamente, que esta interlocução e articulação não é concretizada. Aqui, também numa lógica de proteger as crianças e as famílias.-----

----- Manter também esta parceria efetiva com os núcleos de apoio à criança e jovens em risco, de resto a funcionar muito bem, desde longa data, no nosso Concelho e também nesta articulação com a CPCJ. -----

----- Manter as reuniões periódicas.-----

----- Temos feito reuniões de dois em dois meses com o Serviço de Pedopsiquiatria do

Hospital São Francisco Xavier e, aqui também como entendem, a saúde mental é uma questão cada vez mais importante nesta nossa gestão processual, e, portanto, é imperioso que esta articulação se mantenha estreita e que seja feita de forma integrada. -----

-----Manter também a colaboração com as instituições académicas ao nível de estágios curriculares e dos trabalhos científicos. Dizer-vos a este nível que, a CPCJ de Oeiras para dois mil e dezoito estabeleceu três protocolos de estágio e, efetivamente, tem sido aqui, eu costumo apelidar – “um casamento muito feliz” com as instituições académicas, na medida em que, são elas que nos trazem o rigor e a exigência a nível da avaliação. São elas que têm também o know-how a nível de tudo o que é investigação. Portanto, tem sido muito rico, porque tem sido uma permanente atualização também dos nossos conhecimentos, uma permanente reciclagem e também um aprofundar de saberes novos, que vão surgindo. -----

-----As três entidades académicas com as quais estabelecemos protocolos foram: o ISPA, a Escola Superior de Educação de Lisboa e o ISCTE, todas elas a desenvolverem já também trabalhos connosco e também não só estudos, nomeadamente um estudo de violência doméstica, que foi agora uma abordagem mais qualitativa sobre os nossos números e os nossos indicadores, que foi, de resto, apresentada, numa primeira fase, na apresentação pública em fevereiro. Uma abordagem qualitativa baseada numa recolha sociodemográfica e, depois, agora, integrado na Campanha da Prevenção de Maus Tratos, na conferência que foi também promovida pela CPCJ. Uma abordagem mais aprofundada com outras problemáticas igualmente complexas, mas que vêm muito coladas a esta tipologia de perigo. -----

-----Também a este nível, tem sido aqui uma parceria importante, na medida em que nos introduz aqui a valência da avaliação. A questão da avaliação tem sido, para nós, fundamental na medida em que todos os nossos projetos ao nível da prevenção, neste momento, são sujeitos à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

avaliação, isto porque, só desta forma, é o nosso entendimento, apenas desta forma conseguimos perceber se estamos a acrescentar valor e a provocar mudança e não se trata de mais uma iniciativa, que surge de forma avulsa e descontextualizada. A nossa preocupação é que, efetivamente, as entidades académicas possam nos dar aqui ferramentas para que esta avaliação seja feita de forma rigorosa, séria e, perceber, se acrescentamos valor ou não. E, se não, para redirecionar a nossa intervenção assim de forma cirúrgica e que responda, de facto, às efetivas necessidades das nossas famílias e crianças. -----

----- Manter também aqui a colaboração com todos os programas do Projeto Escolhas do Concelho, como sabem, são três e, a este nível, gostaria também aqui de salientar que o Concelho de Oeiras é um Concelho pequeno, ou melhor dizendo, é um Concelho que, na minha ótica, tem o tamanho certo e é rico em recursos. Às vezes, invariavelmente, oiço as entidades de primeira linha, quando o desenho da intervenção de primeira linha não vem efetuado de acordo com aquilo, que a lei – estou a falar da lei - prevê. -----

----- As pessoas e os nossos colegas dizem: “Ah, porque eu não tenho recursos!” Não! Há inúmeros recursos no Concelho. A questão é sabermos, aonde é que eles estão, ir procurá-los e efetuar o respetivo encaminhamento. E, a este propósito, estamos também a desenvolver com o Serviço da Câmara Municipal de Oeiras, um apeamento dos recursos das principais entidades, que podem concorrer para a promoção e proteção das nossas crianças e, contamos, até ao final do ano, se não conseguirmos antes, ter essa aplicação tratada a nível de todo o Concelho e poder, depois, divulgar, principalmente, junto das escolas e não só, a todas entidades de primeira linha. -

----- Vamos este ano, mais uma vez, organizar o segundo Team Building da CPCJ de

Oeiras. Em dois mil e dezasseis tivemos o primeiro e, penso que, foi aqui um espaço e uma dinâmica muito bem conseguida pelo menos o feedback, que me foi devolvido, foi bastante positivo. Na nossa ótica não faz sentido que estes espaços sejam desenvolvidos anualmente mas, ano sim, ano não. Pensamos que é o “time” ideal para que a comunidade reforce e sedimente os seus laços e consigamos manter esta motivação, este empenho, esta riqueza que toda a primeira linha do Concelho de Oeiras tem e, principalmente, este sentimento de pertença relativamente ao Sistema de Promoção e Proteção. -----

-----Está para breve a organização deste segundo Team Building.-----

-----Manter-nos também a articulação com o CAFAP, temos dois, aqui, no Concelho: um, que é promovido e desenvolvido pela EMDIIP e outro pelas Aldeias SOS. Estas, também, duas respostas muito importantes alternativas à residencialização das nossas crianças e que têm feito um trabalho de excelência. -----

-----Ao nível da prevenção, tivemos a apresentação pública do nosso Relatório de Atividades, como já referi, que foi agora apresentado em fevereiro passado e também do nosso Plano de Ação e juntamos aqui, os projetos, a apresentação dos vários grupos de trabalho que decorrem do nosso Plano Estratégico que, como todos sabem, também foi apresentado em abril do ano passado, já tem um ano, e, que é, digamos, que o documento, neste momento, digo até bocadinho em título de brincadeira, a “Nossa Bíblia”, porque é o documento, que nos orienta em termos de intervenção para os próximos três anos. -----

-----Dar continuidade à implementação das várias ações integradas nesse Plano Estratégico, a saber: tivemos a Campanha Nacional para a Prevenção dos Maus Tratos na Infância, que acabou, agora, este mês de abril com várias atividades e que envolveu também, com muito orgulho nosso, todas as entidades do Concelho. Podemos dizer com muito orgulho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que tivemos o Concelho vestido de azul e o Concelho unido pelo laço azul, que é o símbolo da Campanha da Prevenção dos Maus Tratos na Infância. -----

----- Manter-nos também a participação, aqui, no grupo de trabalho de crianças e jovens – isto aqui já está um bocadinho atualizado e já não é uma participação, é, efetivamente, efetiva.---

----- A Escola de Carnaxide/Portela foi convidada pela CPCJ de Oeiras a integrar este Projeto-piloto. Projeto-piloto este, que está enquadrado no Fórum da governação integrada e também aqui muito dinamizado e promovido pela Comissão Nacional. -----

----- De maneira que, também, foi com grande orgulho que em março passado, esta escola submeteu a candidatura ao seu protetor, que me encheu de orgulho, porque verifiquei tratar-se de um trabalho de excelência feito por esta equipa. -----

----- O desafio será futuramente que todas as escolas do nosso Concelho possam submeter esta candidatura e ter, digamos que, esta bandeira, este selo protetor. -----

----- Acredito no trabalho que tenho desenvolvido com as escolas, acredito, sinceramente, que todas elas preenchem já todos os requisitos necessários e exigidos por esta candidatura, é só uma questão de nos focarmos e organizarmos a informação e darmos-lhes algum sentido e o trabalho está concretizado.-----

----- Este selo protetor, como entendem, é aqui um selo também de boas práticas ao nível da promoção e proteção das crianças no nosso Concelho. -----

----- Depois dar continuidade ao Projeto “Encontros com a Comunidade” e ao tal tapeamento. -----

----- Neste momento e sem desprimor para os restantes projetos, considero que estes dois

são projetos prioritários a dar continuidade e a serem cada vez mais implementados e desenvolvidos, na medida em que são projetos estruturais e que, dalguma maneira, visam dotar a tal primeira linha de todas as ferramentas necessárias para cada vez melhor sinalizar. A este propósito permitam-me que vos diga, e, já vão perceber a nível da caracterização do volume processual, efetivamente, continuamos ainda a verificar algumas falhas na forma como as sinalizações nos chegam. Muitas vezes, ou não está escrita a intervenção ou não foram esgotados todos os recursos de primeira linha, e, portanto, não se verifica uma verdadeira otimização dos recursos existentes por forma a que num segundo patamar se consiga também rentabilizar mais ainda esses recursos.-----

-----Na minha ótica estes dois projetos são estruturais e são, neste momento, fundamentais para levarmos a “bom porto” o nosso trabalho. -----

----- Depois darmos continuidade também à dinamização do ciclo de conferências – Olhares sobre a Infância. -----

-----Tivemos, agora, em abril, a Organização da Conferência Integrada na Campanha da Prevenção dos Maus Tratos – Malmequer, Bem-me-quer é Urgente Bem Tratar a Infância, e, estamos já a preparar a Organização do Segundo Encontro de Professores. -----

-----Este ano, gostaríamos de avançar, aqui, para um outro patamar de discussão e falar um bocadinho ou refletir com as escolas a questão das novas metodologias da flexibilização curricular, enfim.-----

-----Estamos ainda a trabalhar esta questão com as nossas escolas, mas o programa está mais ou menos já quase fechado. -----

-----Ainda ao nível da prevenção, temos também a criação dos folhetos informativos para técnicos, pais e crianças. Aqui, uma nota curiosa, que os folhetos para pais foram realizados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pelas mães da Ajuda de Mãe, portanto, mães adolescentes, mães jovens, que lançamos esse desafio e já está concretizado e o folheto para as crianças está a ser feito pelo Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras, por uma turma. Portanto, acreditamos que, mal tenhamos estes documentos, mais ou menos, o esboço feito, iremos solicitar a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras, concretamente, junto do Gabinete de Comunicação e dos criativos para trabalharem a imagem e possibilitarem a entrega destes folhetos em momentos ou das reuniões de abertura do ano letivo ou outros momentos, que se venham a sentir oportunos. -----

----- Dar continuidade também aqui ao Espaço de Promoção e Proteção dos Técnicos da CPCJ, este também é um momento muito importante, porque precisamos também da saúde mental. Precisamos de estar disponíveis para esta exigente tarefa e, portanto, este é um espaço também que pretende cuidar dos técnicos, que trabalham na Restrita e, depois, também, temos este ano a supervisão mensal dos técnicos na Modalidade Restrita, que é feita por um colega do Centro de Respostas Integradas, pelo Doutor João Galamba e que tem sido também aqui uma mais-valia na nossa avaliação e na monitorização dos nossos processos. -----

----- Por último, ainda a nível do Plano de Ação, temos: os Estudos Avaliação, Avaliação do Projeto Encontros com a Comunidade, como referi, a questão da avaliação passou a ser integrada aqui em todos os nossos projetos por forma, lá está, com o objetivo de perceber se estamos a incrementar mudança ou não. E, se não, com certeza que estaremos também disponíveis para reorganizar ou redefinir. -----

----- Temos também a Avaliação do Projeto Alicerces, um projeto de intervenção precoce, que visa cuidar, portanto, um projeto que incide no cuidar, aliás, das crianças dos zero aos dois

anos e também um estudo sobre a problemática da Violência Doméstica no Concelho de Oeiras – Uma Abordagem Qualitativa, que já foi efetuada e apresentada também na Conferência de abril e que foi aqui uma análise mais exaustiva relativamente a esta tipologia de perigo, que, efetivamente, tem vindo numa tendência crescente e progressiva nos últimos anos no Concelho de Oeiras.-----

-----Só a título de curiosidade e, aqui, para darmos uma nota do que é que é a nossa Comissão, portanto, ao nível da Composição da Modalidade Alargada, temos: dezoito representantes. Contamos ainda este mês passar aos dezanove com uma representação da Associação de Pais que, finalmente, vamos conseguir ter aqui um elemento que se disponibilizou para estar connosco nesta representação, como percebem, tão importante. E, depois, temos todos os outros representantes da Câmara Municipal de Oeiras, do Instituto de Segurança Social, do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, IPSS não residenciais, IPSS residenciais, Associações Desportivas, Culturais ou Recreativas, Associações de Jovens, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Forças de Segurança, quatro elementos indigitados pela Assembleia Municipal e quatro elementos cooptados.-----

-----Neste momento, dê-vos dizer que esta composição já sofreu alterações, alterações muito recentes, que têm uma semana, e, daí, portanto, ainda estou aqui a ver se consigo reverter esta situação. Tivemos uma quebra em dois elementos cooptados e, claro que, isto tem implicações ao nível da Restrita.-----

-----Também só a título de curiosidade, e aqui para que percebam, o nosso modelo de funcionamento da Modalidade Alargada, digamos assim, o modelo conceptual onde assenta a nossa intervenção, é um modelo da governação integrada, que visa construir, desenvolver e manter relações interorganizacionais de colaboração para gerir problemas sociais complexos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

com maior eficácia. -----

----- Efetivamente, os problemas sociais que nos chegam são bastante complexos.-----

----- Esta intervenção, portanto, esta colaboração/cooperação assenta em quatro fatores críticos de sucesso: uma liderança que se pretende sistémica, uma participação ativa e colaborativa, canais de comunicação, que se requerem fluidos e, obviamente, lá está, na questão da avaliação e monitorização. -----

----- Ao nível da Restrita tínhamos doze elementos, portanto aqui, os quatro obrigatórios, que a lei prevê: o representante da Câmara Municipal de Oeiras, do Instituto de Segurança Social e do Ministério de Educação, que estão a tempo inteiro e um representante também obrigatório do Ministério da Saúde, que está quatro dias por semana. Depois, tínhamos quatro elementos cooptados. Neste momento, como já referi, tivemos a perda de dois. Estou, neste momento, a mover algumas diligências no sentido de colmatar esta falha. Temos apenas três apoios técnicos. O apoio técnico, já vos referi, da educação e dois apoios técnicos que decorrem do protocolo estabelecido entre o Município e a Comissão Nacional. O apoio técnico, que tínhamos, da Segurança Social e que tinha uma formação fundamental na nossa área de intervenção – a Doutora Ana Bais, da área do direito, por razões pessoais saiu e, portanto, neste momento, já efetuei reuniões com a Senhora Chefe do Setor Oeiras/Cascais da Segurança Social, no sentido de repor este apoio técnico e temos também já articulado com a Câmara Municipal de Oeiras, um jurista, que, brevemente, integrará a nossa equipa três dias por semana. -----

----- A nível também, muito rapidamente, por curiosidade, o modelo conceptual, no qual assenta a nossa intervenção na Modalidade Restrita é este modelo também muito dinâmico, a

Perspetiva Ecológica, o Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, onde a criança está, obviamente, sempre no centro da nossa intervenção e, aqui, sempre muito ligado, muito em interação com as várias entidades ou os vários intervenientes dos vários contextos de vida onde a criança está inserida. -----

-----Passando para a atividade processual para dois mil e dezassete, e reportando-me ao volume processual de dois mil e dezassete, distribuído pelas tipologias instaurados, reabertos e transitados e na análise comparativa com os três últimos anos, verificamos que dois mil e dezassete, relativamente a dois mil e dezasseis, manteve o mesmo volume processual. Contudo, importa aqui destacar um aumento de mais quarenta e seis novos processos, a nível dos instaurados. Este é um indicador importante na medida em que são os processos instaurados que nos atualizam os indicadores quer de proteção mas também de perigo. E, portanto, não sendo, lá está, muito preocupante, convém, efetivamente, irmos lançando um olhar atento a esta crescente tendência. - -----

-----Sem grandes alterações temos os processos reabertos. Processos que já correram termos na Comissão e que foram arquivados, por alguma razão, eventualmente, por erradicação da situação de perigo mas que depois, por algum motivo, voltam a ter que ser reabertos. -----

-----Não registamos grandes alterações nos últimos três anos, portanto, há aqui uma subida em dois mil e dezassete perfeitamente residual e ao nível dos transitados, aqui sim, o grande trabalho de toda a Equipa da Restrita, que muito me orgulha, nesta triagem muito fina do que é o perigo e, também, nesta exigência de uma cultura de rigor no cumprimento de todos os prazos legais e daí, como podem constatar, esta crescente tendência dos últimos anos. -----

-----Passando à caracterização do volume processual: esta caracterização é sempre, também, muito importante na medida em que pretende desenvolver aqui um olhar crítico sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esta evolução processual e, também, de alguma maneira permite-nos redirecionar a nossa intervenção. Percebemos que ao nível do género, muito pouco ou nada se mantém, temos aqui flutuações perfeitamente residuais, com uma clara predominância e prevalência das sinalizações relativas ao sexo do género masculino, e talvez aqui também, decorrentes de fatores culturais e educacionais. -----

----- Passando para o escalão etário: aqui também nada de muito novo, uma clara predominância de um número de sinalizações na adolescência. Continua, efetivamente, a ser a fase de desenvolvimento que mais preocupação nos traz e que maior número de sinalizações reflete. Portanto, estamos a falar da faixa entre os onze e os dezassete anos que, se as contas não me falham, abrangem quarenta e oito por cento do nosso volume processual. -----

----- Depois destacava também aqui a primeira infância, principalmente na fase do desenvolvimento dos zero aos dois, que teve uma ligeira subida, que também convém ir monitorizando, e que nos traz, de alguma maneira, uma certa preocupação na medida em que estamos a falar de uma fase de desenvolvimento de grande fragilidade. Uma fase de desenvolvimento em que está muito dependente do cuidar de um adulto e, portanto, conseqüentemente grande exigência e também uma fase de desenvolvimento de difícil deteção. Isto porque se estas crianças estão integradas em equipamento educativo, efetivamente acresce, é um palco e um bom olhar de monitorização para as situações de perigo mas, muitas vezes não estão, ou estão em amas, amas informais, ou estão em casa e aí é muito difícil chegarmos a estas situações. - -----

----- Passando à distribuição dos processos de promoção e proteção trabalhados por

freguesias: estes números, esta reflexão, é cruzada com a proporção do número de jovens residentes por território e, efetivamente, aqui constatamos também alguma estabilidade nestes indicadores ao longo dos três anos. Claro está que mais uma vez se destaca aqui o território de Carnaxide e Queijas e de Porto Salvo que relativamente à sua população jovem têm, de facto, aqui um elevado número de sinalizações. Contudo, no cômputo geral e de todos os processos trabalhados, não se verificam aqui grandes aumentos ou diminuições. Portanto, há uma tendência mais ou menos para a estabilidade.-----

-----Contudo, trouxe também este gráfico, a título de curiosidade, porque como referi, os processos instaurados, ou seja, os novos processos, as novas situações que nos chegam em termos de sinalização de perigo, são aquelas que também, lá está, que nos atualizam esses mesmos indicadores. Portanto, quando faço uma análise da distribuição destes processos por território, e estamos a falar agora apenas e só dos novos processos, como podem constatar aqui o cenário já se altera um pouco e a estabilidade que vimos há pouco, atrás, aqui já traduz numa maior flutuação, ainda assim voltamos novamente a ter estes dois territórios, Carnaxide e Queijas com um aumento bastante considerável no número de sinalizações novas. Nos restantes territórios, temos aqui pequenas flutuações, Barcarena com um indicador positivo, reduziu bastante face aos anos anteriores. Algés, Linda-a-Velha e Paço de Arcos, nos novos aumentou ligeiramente mas nada que se considere preocupante. Oeiras, Paço de Arcos e Caxias também aparece aqui com uma flutuação perfeitamente residual e lá está os dois territórios que, efetivamente, estão aqui numa primeira linha de sinalizações - Carnaxide e Queijas. -----

-----Ao nível da entidade sinalizadora: a PSP continua nesta tendência progressiva e crescente, a ser a entidade que mais sinalizações nos têm efetuado nos últimos três anos, logo seguido das escolas, com um indicador positivo, estas numa tendência claramente decrescente. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Também a este nível temos o Ministério Público que destaco aqui com um aumento de sinalizações mas também é uma questão de se ir acompanhando e monitorizando na articulação também que é feita com o nosso interlocutor, de todo o resto não registamos grandes alterações que se possam considerar significativas.-----

----- Ao nível das tipologias de perigo, este gráfico vem muito colado ao anterior. Logicamente se é a PSP que mais nos sinaliza e esta sinaliza-nos não só situações de violência doméstica mas também prática qualificada como crime, comportamentos de risco, consumo de estupefacientes que, muitas das vezes ocorrem no interior das escolas mas, simplesmente, como a escola contacta o Programa Escola Segura a sinalização depois vem refletida por esta entidade.

----- Um dado muito importante e que nos causa, realmente, preocupação, e por isso mesmo lançámos o desafio ao ISCTE para colaborar connosco na avaliação deste indicador, porque, efetivamente, a violência doméstica tem vindo nos últimos anos numa tendência claramente crescente e preocupante, estamos a falar de vinte e sete por cento que se traduz em duzentos processos que foram referenciados nesta tipologia de perigo. E, só para terem uma noção, aqui um indicador que retirei de relatórios anteriores, a violência doméstica passou de dois mil e catorze da quinta posição para em dois mil e dezassete a primeira posição, com vinte e sete por cento do número de sinalizações. Efetivamente, acho que temos que parar para pensar, e, aliás esta é uma tendência a nível nacional mas, de facto, convém perceber o que está aqui associado por forma a conseguirmos descodificar o fenómeno e alicerçar aqui uma intervenção que responda a esta problemática. -----

----- Um indicador positivo tem a ver com o abandono ou absentismo escolar que está a

diminuir bastante face ao ano transato e que trocou aqui de posição com os comportamentos de risco. Portanto, passou para uma quarta posição, com apenas treze por cento de sinalizações quando em dois mil e dezasseis tínhamos dezasseis por cento e, por sua vez o comportamento de risco passou a ocupar a terceira posição com catorze por cento o número de sinalizações, um aumento de um ponto percentual relativamente a dois mil e dezasseis. Também aqui a negligência, é uma tipologia de perigo que nos preocupa, até porque a negligência está geralmente associada a fases de desenvolvimento mais precoce e como referi anteriormente estas fases de desenvolvimento são mais difíceis de detetar e também nos causam preocupação exatamente pela necessidade de cuidados de terceiros e pela fragilidade decorrente da própria faixa etária. -----

-----Passando aos Agrupamentos de Escolas, e aqui, também, resolvemos refletir estes indicadores cruzando a proporção de processos trabalhados nos três anos com o número de alunos por Agrupamento. Aqui também se verifica, nesta monitorização dos três anos, alguma estabilidade em termos de volume processual por escolas. Dos vários Agrupamentos salientava aqui, mais uma vez, o Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e o Agrupamento de Escolas Carnaxide/Portela que face, à sua população estudantil, continua a ter aqui percentagens, valores percentuais, bastante elevados. Os restantes agrupamentos educativos, não revelam, não evidenciam flutuações que se considerem preocupantes. Portanto, há aqui uma tendência para alguma estabilização com variações perfeitamente residuais. Relativamente a estas duas escolas, não querendo aqui especular muito mas estamos a falar de duas escolas TEIP (Escolas de Território de Ensino Intervenção Prioritária). Portanto, estamos também a falar de duas escolas e de dois territórios que respondem a necessidades educativas também especiais, diferentes e específicas e, daí, lá está, poderão estes números estar associados a essa especificidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente às medidas aplicadas em dois mil e dezassete, vou muito rapidamente, explicar o que são estas alíneas a), b), c), d) e f). Portanto, tem a ver com a Lei de Promoção e Proteção, as medidas podem ser em meio natural de vida e estamos a falar do artigo trinta e cinco: Apoio Junto dos Pais - a); Apoio Junto de outro Familiar - b); Apoio Junto de Pessoa Idónea - c), Apoio de Autonomia de Vida - d); Acolhimento Residencial - f). Portanto, são estas as medidas que decorrem da avaliação de diagnóstico de uma situação que se afigura de perigo. São estas as medidas que se encontram ao nosso dispor para - mais uma vez reforço - e, sempre em articulação e em colaboração com a primeira linha, poderemos aqui fazer o acompanhamento com a aplicação desta medida que depois se reflete no chamado acordo de promoção e proteção. Onde se tenta aqui vincular as várias partes intervenientes a um compromisso que vise, obviamente, erradicar ou retirar a criança da situação de perigo. -----

----- Começaria aqui numa análise dos totais relativamente a dois mil e dezasseis com uma diminuição do número de medidas aplicadas. Mas esta diminuição do número de medidas aplicadas, não se traduz em menos trabalho, antes pelo contrário. A resposta a esta situação vai ser dada no próximo quadro e prende-se com dois artigos que nós aplicamos, sempre que a situação de perigo não se confirma, ou não subsiste, ou há uma manifesta desnecessidade da intervenção da CPCJ. Efetivamente, como vamos já constatar de seguida, houve aqui um enorme volume processual que foi arquivado com esta base e daí, obviamente, esta redução na aplicação das medidas. -----

----- Depois um indicador positivo e que, de alguma forma, se prende com o facto da nossa filosofia de intervenção e da nossa grande aposta é ser no contexto familiar, porque

acreditamos que é o contexto familiar que, efetivamente, melhor responde às necessidade de desenvolvimento da criança, as suas necessidades afetivas e relacionais e, por isso mesmo, temos aqui, o grosso de aplicação de medidas em dois mil e sete - cento e setenta e sete medidas de apoio junto dos pais, seja pai/mãe ou pais - pai e mãe em simultâneo. -----

-----Depois temos aqui vinte e cinco medidas de apoio junto a outro familiar, aqui um valor menor comparativamente a dois mil e dezasseis. -----

-----Três medidas de apoio a pessoa idónea e aqui muito importante porque a pessoa idónea pode ser um vizinho, alguém da comunidade que conheça a criança e se disponibilize para, ainda que temporariamente, ficar com esta criança e com muito contentamento verificamos, embora tenha sido apenas dois processos, mas é bom. Estamos a aumentar esse número de pessoas, porque tudo é melhor, obviamente, como percebem do que a residencialização. -----

-----Autonomia de vida - não tivemos nenhuma em dois mil e dezassete. -----

-----As medidas de acolhimento residencial, este é, um bocadinho, o número vermelho para nós, pois obriga a que as crianças fiquem acolhidas em instituições. Este número em dois mil e dezassete teve um aumento, mas este é também um número que nos preocupa na medida em que as nossas residencializações são de longa duração, o que quer dizer que estas crianças muito provavelmente irão ficar até à maioridade em casas de acolhimento.-----

-----Passando aos arquivamentos, e estou mesmo a terminar, vou destacar apenas este indicador, que se prende com os arquivamentos, como referi:-----

-----Arquivamento imediato (liminar) por manifesta desnecessidade da intervenção; -----

-----Arquivamento pelo artigo noventa oito, número um, por ausência ou por não se confirmar a situação de perigo, com duzentos e três processos. Estamos a falar aqui no seu todo de duzentos e trinta e cinco processos que chegaram à Comissão sem necessidade. Isto porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

muito provavelmente a primeira linha não esgotou a sua intervenção. Isto quer dizer que foram quase um terço do nosso volume processual que nos obrigou a contactar famílias, a contactar os jovens, a fazer a avaliação, a recolher consentimentos para, no fundo, não se confirmar a situação de perigo. E digo que este é um dado importante e, daí a importância dos projetos Encontros com a Comunidade, no sentido de cada vez mais capacitar a primeira linha para otimizar a sua intervenção e também recorrer aos recursos da comunidade para tal, evitando assim que nos cheguem estas situações que, de alguma maneira, e desculpem a expressão, nos bloqueiam e nos tiram tempo àquilo que realmente é, para nós, as situações de perigo.-----

----- Só a título de curiosidade, devo dizer que no outro dia, numa discussão de um caso com uma colega, que já tinha um caso complexo de negligência, violência, maus tratos físicos, etc., é um caso bastante complexo com três crianças muito pequeninas e, realmente, foi preciso um trabalho de uma tarde para responder apenas a duas questões para assinarmos um acordo de promoção e proteção e o trabalho ainda não se esgotou. Isto exatamente porque as situações são complexas, envolvem muitos intervenientes, envolvem muitos recursos e muitas variáveis que convém dissecar para que depois o acordo de promoção e proteção reflita uma verdadeira resposta às necessidades desta criança. -----

----- Não me vou alongar muito mais, até porque já percebi que me alonguei bastante no tempo. O relatório é público e, portanto, está para consulta e alguma questão que queiram estou ao dispor.” -----

----- **A Senhora Presidente A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Doutora Isabel pela sua apresentação e pergunto aos Senhores

Deputados se algum de vós quer usar da palavra sobre este tema.”-----

-----A **Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF)** disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar quero congratular a equipa de elaboração do relatório que está muito bem estruturado, com muita informação pormenorizada acerca do trabalho que foi realizado, de modo a ser partilhado com a comunidade. Queria também dar os parabéns à CPCJ na pessoa da sua Presidente e da secretária, que estão hoje aqui connosco, pelo valioso trabalho que têm dinamizado. E, queria passar a destacar alguns aspetos: -----

-----A grande prioridade de dois mil e dezassete foi o Plano Estratégico de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças, que consideram um instrumento fundamental para dar rumo à toda a atividade da CPCJ.-----

-----Da análise do Relatório propriamente dito, no que diz respeito ao apoio ao funcionamento por parte da Administração Central, a situação, felizmente, melhorou relativamente ao número de técnicos disponibilizados para trabalhar na Comissão Restrita, tendo-se ultrapassado a fase crítica que a CPCJ passou, de se ter visto deparada com uma situação de quase rotura e por não conseguir manter o seu regular funcionamento. Refira-se que por parte da Autarquia houve também um apoio para além daquele que está estipulado por lei, a nível dos recursos humanos, o que facilitou a resolução do problema que muito nos preocupou nos últimos anos. Mas, passada esta fase instável a vida continuou e a da CPCJ também.-----

-----Atualmente, como refere o relatório, a CPCJ considera que a articulação com a Câmara se pautou pela celeridade e eficácia na resposta as solicitações que foram efetuadas e estou a referir-me às instalações e a outros apoios complementares. No entanto, continua a ser considerada prioritária, e ainda não houve resposta para isso, a ligação em rede ao servidor do Município e se isto é, de facto, viável é muito importante de modo a ultrapassar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

constrangimentos de carácter informático e que vão permitir à CPCJ fazer atendimentos em permanência vinte e quatro horas por dia e aos quais os munícipes possam ter acesso numa situação de emergência. -----

----- Quanto a recursos humanos, atualmente a Câmara Municipal cedeu um técnico com horário completo. O Agrupamento de Escolas de Santa Catarina afetou um técnico e o Programa Ocupação Tempos Jovens colocou, através do Município, também um jovem. Ainda assim, uma vez que existem técnicos cooptados por outras instituições locais, apesar de se verificar um aumento do número de horas totais dos técnicos em funções, na verdade cinquenta por cento está apenas a tempo parcial e, neste ponto, era desejável que a CPCJ conseguisse mais consistência e mais estabilidade na sua equipa e nos técnicos que estão a trabalhar.-----

----- Passando agora a analisar a atividade processual, queria destacar os seguintes pontos: a redução significativa dos processos trabalhados, a estabilidade do volume processual, o facto dos processos transitados apresentarem o volume mais baixo dos últimos três anos e isso, de facto, é mérito dos técnicos da Mobilidade Restrita mas, por último, não tão positivo, a tendência para aumento de novos processos instaurados. -----

----- Se virmos com atenção, as idades em que há mais sinalizações situam-se entre os quinze/dezassete anos e os onze/catorze que representam cinquenta por cento dos casos. -----

----- Na análise dos territórios são as Freguesias de Porto Salvo e a União de Carnaxide e Queijas onde há maior percentagem de sinalizações e aqui mantém-se a situação dos últimos anos.-----

----- Os estabelecimentos de ensino que se destacam são: o Agrupamento de

Carnaxide/Portela com seis vírgula oito por cento e o Agrupamento Aquilino Ribeiro com dois vírgula sete por cento e, como já foi aqui dito, justifica-se por serem territórios de intervenção prioritária. -----

-----Quanto às tipologias de perigo, as que mais se evidenciam são a violência doméstica com vinte e sete por cento e a negligência com vinte e três por cento, registando uma tendência crescente. Esta é, sem dúvida, a nossa maior preocupação, uma vez que são situações que ocorrem em famílias com crianças entre os zero e os dois anos ou entre os seis e os dez anos, idades de grande fragilidade em que a criança está dependente do cuidado de terceiros. Portanto, são situações com impacto nefasto na formação e no crescimento destas crianças. -----

-----Ainda na análise do relatório, verificamos que foram tomadas duzentas e vinte e nove medidas de proteção em meio natural de vida, com prevalência para situações junto dos pais mas regista-se uma subida no número de residencializações, que é uma medida a tomar em última instância, pois a criança tem que ser retirada à família, verificando-se depois falta de respostas e de soluções a este nível.-----

-----Para concluir, considero importante termos em conta três aspetos:-----

-----Primeiro, a aposta na prevenção e na rede colaborativa da comunidade, é fundamental que se mantenha para sensibilizar e esclarecer as pessoas, sobre como devem proceder perante situações de perigo ou de risco;-----

-----Segundo, a iniciativa de dar uma visão mais científica e qualitativa à análise dos dados é uma mais-valia que se deve aprofundar, pois permite-me ter um conhecimento da realidade do Concelho mais ajustado; -----

-----Terceiro, o quando legal da CPCJ foi alterado no sentido de atribuir novas responsabilidades às entidades de primeira linha. Portanto, que passam a lidar com as situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de risco e de perigo, enquanto as CPCJ ficam apenas com o perigo.-----

----- Sobre esta matéria, há que ter consciência que, apesar do trabalho de articulação que tem vindo a ser desenvolvido entre as várias entidades, a realidade é que a lei também prevê que essas entidades de primeira linha, nomeadamente, as escolas, sejam dotadas de recursos, as ditas equipas multidisciplinares (os psicólogos, os assistente sociais e outros técnicos) mas que ainda não existem. Portanto, há agrupamentos que têm apenas um psicólogo para dar apoio a todas as escolas e assim é impossível dar resposta às novas competências previstas na lei, isto já não é novo, já no ano passado foi referido, portanto, continuamos a referir porque a situação mantém-se e como se costuma dizer “não se fazem omeletes sem ovos”. -----

----- Para terminar sobre o percurso da CPCJ, podemos afirmar que muito já foi feito e que muito há ainda a fazer, porque queremos sempre fazer mais e melhor, sobretudo porque temos a consciência de que estamos a falar de crianças, na defesa dos seus direitos, no seu acesso à saúde, à educação mas, também, aos afetos. E estas crianças vão ser os futuros homens ou mulheres cidadãos deste Município e deste País. Portanto, temos consciência de que a infância não se repete.” -----

----- **O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Vou fazer uma pergunta à Senhora Presidente da CPCJ mas, antes de mais, agradecer e congratular-me com o relatório aqui apresentado, que dá para perceber qual é a situação do Plano de Atividades da CPCJ no nosso Concelho, mas fiquei com uma dúvida. Quando falamos de violência doméstica, percebi perfeitamente que a percentagem de violência doméstica, como a Senhora Presidente disse e bem, aumentou ao longo desses anos. Mas o que

eu gostaria de perceber melhor é relativamente à faixa etária. Isto porque a Senhora Presidente falou na faixa etária e falou do género e gostaria de perceber perfeitamente relativamente ao caso de violência doméstica, se também podemos concretizar na faixa etária e no género. Se existe esse trabalho feito e se existe a possibilidade de ver isso.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Antes de mais, como não podia deixar de ser, agradecer a presença da Senhora Presidente da Comissão e, obviamente, salientar, desde já, toda a sua disponibilidade para, de uma forma exaustiva, nos colocar ao corrente daquilo que não só foi o Relatório relativo à atividade do ano transato, como aquilo que se pretende para o corrente ano. -----

-----Dizer que, de facto, o trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras tem sido fundamental para o acompanhamento e resolução dos casos de crianças e jovens em risco, pelo que vemos com bons olhos que o apoio e a estreita colaboração do Município a esta Comissão se mantenha, e mais, possa ser ampliado e destacado ao longo do corrente ano. ---

-----Também não podemos deixar de destacar a solução encontrada para o funcionamento em permanência da Comissão, nomeadamente o call-center vinte e quatro horas, com gravação de mensagem de voz. Embora entendamos que não é a solução perfeita porquanto não é um serviço com atendimento personalizado, o que julgamos seria preferível dado o tipo de matérias em análise. Contudo, por essa medida e por essa razão consideramos que a Comissão deverá encontrar soluções para que este call-center se transforme, efetivamente, num mero exercício provisório de uma solução que deverá passar por um atendimento personalizado. -----

-----Igualmente se destaca neste Relatório, o facto de vermos a preocupação que a Comissão tem por não existir ainda um representante das Associações de Pais na Comissão e assim parecer-me, de facto, de recomendar à Comissão que continue os esforços para resolução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desta situação. -----

----- Igualmente se destaca neste Relatório, e julgo que a Senhora Presidente o referiu, o primeiro Encontro de Professores, entendemos que foi importante e deve ser repetido anualmente. Julgamos que esta relação entre professores, diretores de agrupamentos de escolas e psicólogos, deverá ser fortalecida levando a uma melhor identificação dos casos de risco e a uma prevenção efetiva destes, pois apesar de continuar a ser a Polícia a maior entidade sinalizadora das escolas entendamos que estas deverão ser a segunda e devem estar preparadas para tal. -----

----- Quanto à violência doméstica, obviamente preocupa-nos. Preocupa-nos os indicadores que fez o favor de nos transmitir e destacar. Considera-se, de facto, como disse a maior tipologia de perigo detetada e por isso recomenda-se à Comissão que reforce os esforços de combate e prevenção. -----

----- Vemos pois com bons olhos a Campanha de Prevenção dos Maus Tratos na Infância no Plano de Ação apresentado para dois mil e dezoito. E, é sobre este Plano de Ação para dois mil e dezoito que coloco uma questão que não vi destacada pela Senhora Presidente e também não vi plasmada aqui no documento que nos foi entregue. -----

----- A Comissão trabalha com dados sensíveis. A Comissão trabalha, de facto, quer a nível da sua análise estatística, quantificadora, mas também qualitativa, de dados relativos a famílias, a crianças e que pela sua razão de ser, tem naturalmente carácter altamente sigiloso. Nós sabemos que em vinte e cinco de maio corrente, vai entrar em vigor o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e não vejo reflexo no vosso Plano de Ação de qualquer medida, por pequena que seja, no sentido de dar garantias mínimas em respeito por essas normas que vão

entrar em vigor e que poderão, eventualmente, até acarretar, a não serem cumpridas, algumas penalizações, não tanto para o órgão porque, obviamente, ele é o Estado mas, fundamentalmente, para os seus componentes. E, por isso, gostaria, de facto, de perceber, se esta omissão é intencional, se foi esquecimento, ou se, de facto, está nas preocupações imediatas da Comissão, encontrar uma solução que de alguma que mitigue quaisquer reflexos negativos da transmissão de dados sensíveis para terceiros que não pode acontecer.”-----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) observou o seguinte:-----

-----“Começava por agradecer a disponibilidade, mais uma vez, da Presidente da CPCJ, Doutora Isabel Ranito e da sua colega, para estarem presentes hoje a apresentar o Relatório. No ano passado apresentámos requerimento, que foi acolhido unanimemente, para que viesse, constatamos a mais-valia que é poder fazer esta apreciação em conjunto convosco e julgo que foi muito positivo, que esse consenso se mantivesse e que a Senhora Presidente a tivesse convidado para estar hoje presente. De facto, estes diagnósticos na forma como estão elaborados são de um rigor, de uma precisão e de uma atualização sistemática que permite uma avaliação muito assertiva daquilo que hoje se está a passar a este nível. -----

-----Nós sabemos que não foi pouca coisa aquilo que se conseguiu fazer nos últimos anos. Porque o ponto de partida desta direção da CPCJ foi o pior possível. Sabemos bem que a alteração feita à lei em dois mil e quinze significou uma mudança de paradigma, na abordagem nesta matéria que impôs novas responsabilidades e simultaneamente sabemos que houve um corte substancial nos recursos humanos da Segurança Social, que teve um impacto extremamente negativo ao nível das CPCJ por todo o País, e também da nossa, que levou ao bloqueio, à paralisia também na nossa CPCJ e foi neste momento que a Doutora Isabel Ranito aceitou o desafio difícil e muito exigente. Portanto, merece o nosso elogio, a Doutora Isabel Ranito e todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

as pessoas que consigo trabalham, porque hoje olhamos para a CPCJ e vemos que conseguiu, desde já, o primeiro objetivo, primeira missão de uma CPCJ, que é colocar na agenda a matéria da proteção dos direitos das crianças. Isso está, é inequívoco, a forma como tem dinamizado iniciativas da CPCJ em Oeiras, tem dado uma visibilidade a esta problemática que, julgo que poucas vezes teve. E é essa exatamente essa a primeira missão, em nosso entendimento, está alcançado. -----

----- Ainda assim, daquilo que é o novo encargo de responsabilidades, decorre também aqui uma análise que tem que ser exigente em relação à forma como funciona a CPCJ mas, também, à forma como o Município disponibiliza os meios de acordo com a lei, porque na verdade é também isso que estamos a fazer. Hoje a lei impõe aos municípios essa responsabilidade de dar o apoio logístico, financeiro e administrativo às CPCJ, prevendo ainda até a celebração de protocolos de cooperação com organismos do Estado nesse sentido, para reforçar esse apoio e, portanto, nós na Assembleia Municipal temos também essa incumbência, que é de poder aferir se o Município está a corresponder ou não a esse encargo legal. -----

----- De facto, continua a ser sinalizado, à semelhança do que se passava no ano passado, no relatório, a necessidade de um espaço ampliado que dê outras condições, reconhecendo todavia que este espaço que já foi uma mais-valia face ao que tínhamos antes de dois mil e sete, enfim já é diferente. Recordo que em dois mil e sete nem a confidencialidade dos processos estava garantida. Hoje, o espaço tem outra dignidade mas ainda assim, atendendo a uma preocupação de organização e até de melhor acesso, de melhores condições de trabalho, faz todo o sentido que o Município deva equacionar esse novo espaço. -----

-----Depois a questão, que já foi colocada, do voice mail. De facto, nós acompanhamos aquilo que já foi dito, achamos que tem de haver uma exigência diferente, porque uma mensagem de voice mail não corresponde àquilo que pode ser uma necessidade premente perante uma qualquer situação de emergência e, talvez, deixamos aqui a sugestão, articular com entidades que por si, pela sua natureza funcionem vinte e quatro horas por dia no Município que possam, articuladamente com a CPCJ colmatar com outra eficácia essa questão. -----

-----Depois assinalamos, novamente, o problema do ano passado, o equipamento informático e a acessibilidade aos dados e à rede do Município. Constatamos com agrado que o IOMAF, que tinha responsabilidades no Executivo, hoje nos acompanha nessa preocupação, apesar de conter responsabilidades no Executivo não o tivesse resolvido, mas ainda assim julgo que devemos enfatizar também esse instrumento de trabalho que seguramente seria bastante útil para a ação da CPCJ. -----

-----Depois, um conjunto de questões a ver com a ação do Município. Foi aprovado recentemente um Contrato Local de Segurança que foi enviado para o Governo, com um conjunto de medidas e intervenções sobretudo em áreas do ponto de vista social mais frágeis do nosso Concelho e gostaríamos de saber se a CPCJ foi envolvida nos conteúdos desse Contrato Local de Segurança e de que maneira poderá daí extrair uma mais-valia para aumentar aquilo que é a eficácia da sua ação.-----

-----Depois questionar, e agora já indo um pouco para aquilo que é a análise dos dados, se esta tendência, porque é recorrente todos os anos, desde que me lembro destes relatórios da CPCJ e que é justificada por esta circunstância que há pouco aqui falava, de que as sinalizações têm muito a ver com o contexto social. Julgo que é fácil compreender e, naturalmente, quando olhamos para o nosso território e percebemos que as áreas do ponto de vista social mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

exigentes em termos de intervenção estão situadas em Carnaxide e em Porto Salvo, naturalmente que as sinalizações têm uma predominância aí. E à semelhança daquilo que dissemos no passado, acreditámos que faz sentido que haja também uma disponibilização positiva em termos de locação de recursos para estas áreas e se a CPCJ concorda ou não com esta visão, sem ser de uma lógica estigmatizante mas sim de alocação de recursos, de sinalização, de orientação, de programas e políticas municipais. Nomeadamente, no reforço dos apoios sociais, e julgo que seria de todo conveniente com o reforço de capacidades das respetivas Juntas de Freguesia que, como sabemos, são também os dinamizadores das redes sociais. -----

----- Depois assinalar a questão do absentismo estar a baixar. Reflete também aqui um esforço, um empenhamento das nossas escolas que deve ser elogiado. Dizer que também aí houve uma mudança, porque sabemos que em dois mil e onze se acabaram com os territórios educativos de intervenção prioritária que, como sabemos, têm outro tipo de instrumentos de ação e em dois mil e quinze, voltou a haver territórios educativos de intervenção prioritária. Portanto, até acho curioso que o PSD venha aqui falar, depois de ter terminado com isto no Governo, de psicólogos, quando exatamente o que aconteceu, neste últimos anos, foi uma inversão e hoje há mais recursos, nomeadamente do apoio psicológico nas escolas, graças a esse programa que foi retomado. - -----

----- A questão da violência doméstica, também muito importante, há, de facto, um agravamento, que no nosso entendimento, e aliás está em linha com aquilo que são os dados dos sucessivos relatórios anuais de segurança interna em que são sinalizados cada vez mais casos de violência doméstica, e nós queremos e tem muito a ver com uma consciência social de muito

maior exigência perante estas situações. Portanto, as sinalizações, no fundo, o que refletem é uma realidade escondida que hoje está a ser abordada de outra forma. As próprias forças de segurança têm hoje uma sensibilidade completamente diferente na abordagem destas situações e daí também um acréscimo significativo das sinalizações pertencerem às forças de segurança, cremos que poderá ter a ver com isso, apesar de não termos aqui os elementos necessários para poder fazer esse nexo de causalidade. -----

-----Ainda em relação à questão da violência doméstica perceber e questionar a Senhora Presidente se, porventura, existe uma articulação com as Conselheiras Municipais de Igualdade, porque também aí há um programa e é importantíssimo que essa articulação, também a esse nível, seja feita com a CPCJ.-----

-----Depois uma área que julgo que é muito importante, numa dimensão percebemos que a CPCJ valoriza muitíssimo e que tem a ver com a prevenção das situações de risco e de perigo, em que achamos que poderia fazer sentido a temática do desporto, no envolvimento das entidades desportivas do nosso Concelho, que são muitas, como sabemos, que na prevenção poderá valorizar e enriquecer o Plano de Atividades da CPCJ.-----

-----Por último, elogiar essa prioridade que é definida relativamente à necessidade de dar formação às entidades de intervenção de primeira linha, porque, com certeza, esse aspeto das sinalizações ao lado, com certeza que não resultam de má-fé ou má intenção, pelo contrário é uma preocupação, uma exigência, que as entidades certamente terão. Julgamos que com essa formação e com aquilo que já foi dito e, aliás, queria terminar por aí, a nova Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens que tem introduzido uma dinâmica diferente e isso faz sempre parte das mudanças e das transições que existem nas lideranças das organizações, de facto, a Presidente Rosário Farmhouse trouxe uma sensibilidade diferente que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu julgo que já está a ter aspetos na dinâmica que tem introduzido com o impacto...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, já ultrapassou...”-----

----- O **Senhor Deputado Pedro Almeida (PS)** continuou a sua intervenção: -----

----- “Vou terminar, obrigado Senhora Presidente. -----

----- Que eu queria valorizar. Portanto, esse quadro de uniformização e de harmonização de critérios na formação, nas metodologias, pode, de facto, valorizar e melhorar significativamente também o trabalho da nossa CPCJ.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte;-----

----- “Nós tivemos uma apresentação bastante exaustiva da Senhora Presidente da CPCJ e pedia-vos que pusessem algumas questões, se as tivessem, mas repetir aquilo que já foi dito é demais.” -- -----

----- O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, vou obedecer ao seu normativo e dizer rapidamente que em nome da Coligação Democrática Unitária, nós valorizamos o Relatório apresentado, o plano de ação proposto, a exposição e também aquele aspeto que nos traz aqui e que é o aprofundamento da avaliação do porquê da violência doméstica, envolvendo uma instituição de grande referência académica e científica, o ISCTE. -----

----- Para nós, a destruturação afetiva que leva à violência tem muito a ver com a falta de independência económica que as famílias têm e, de facto, seguindo aquele ditado popular “casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão” pode estar por trás, também, de muitas

situações que levam à violência e daí, nós pugarmos em políticas macro e temos conseguido atingir alguns efeitos. No campo de reativação de mecanismo da Segurança Social aumentar o rendimento disponível das famílias e, de facto, o que nós notamos pelos resultados que a Comissão aqui nos traz é que é manifestamente insuficiente a independência económica para consolidar e estruturar a independência afetiva e evitar a violência doméstica e todos os males associados aos juvenis.-----

-----Daí, pedir à Assembleia, na pessoa da Senhora Presidente, que logo que esteja disponibilizado esta investigação que a Comissão vai funcionar como intermediário, possamos nós, Assembleia Municipal, beneficiar da avaliação científica que o ISCTE aqui nos pode trazer, nessa apresentação, para que em âmbito municipal, possamos também dar à Comissão todos os meios e todas as formas que possam mitigar estes problemas e aprofundar, de facto, o trabalho valoroso que a Comissão tem vindo a desempenhar. Espero que não tenha maçado muito a Senhora Presidente e fico por aqui.”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Como Vereadora desta Autarquia trabalhei com a CPCJ de dois mil e dois a dois mil e cinco e na altura, tive a possibilidade de presenciar o quão difícil é o trabalho da Comissão e quão valioso é o trabalho desta Comissão e queria felicitá-la, a si, pelo vosso excelente trabalho e felicitar a vossa equipa.-----

-----Gostaria apenas de dizer o seguinte: há dois indicadores sociais que me preocupam, que têm a ver com alguma sintomatologia no Concelho de Oeiras. Não sou especialista, não sou socióloga mas os indicadores são:-----

-----Um - violência doméstica, em crescendo, é um indicador que não podemos negligenciar;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Dois: bullying nas escolas. -----

----- Algo se está a passar, na minha ótica, de cidadã comum, como é o senso comum. E, agora o repto que eu deixo aqui, acho que isto carece de uma análise mais aprofundada e de medidas que vão ao coração da questão. Não podemos continuar a vir aqui a esta Assembleia ano após ano e continuar a ver esses indicadores em crescendo, senão onde é que vamos parar. Portanto, este é o repto que lanço, não sei quem é a pessoa ou a entidade ou as entidades que poderão trabalhar nesta questão mas como deputada esta é a minha preocupação atual.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Mendonça (CDS-PP) referiu o seguinte: -----

----- “Agradecer, antes de mais, ter vindo aqui a esta Assembleia prestar estes esclarecimentos sobre o trabalho que estão a fazer, tão meritório, tão válido e que faz, de facto, muita falta aqui, ao nível de Oeiras onde estamos, mas obviamente que é um problema sobre o qual todos nos devemos deter e preocupar seriamente.-----

----- Já foram aqui salientados alguns aspetos como o bullying, violência doméstica e, de facto, devemos estar atentos e o trabalho que fazem no terreno tem-se visto, vê-se e este envolvimento com a comunidade é fundamental e deve ser, de facto, desenvolvido, através do vosso contacto com as instituições, através do contacto que tenham connosco também aqui na Assembleia Municipal. No fundo, era também esta inserção que eu fazia ao vosso trabalho que é: todas as preocupações que tenham tragam sempre aqui à Assembleia Municipal e aqui o CDS terá todo o interesse em ouvir e também dar respaldo a essas preocupações.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Tentando não alongar a exposição sobre a CPCJ, ao que parece nós temos muito a

dizer sobre o mesmo Relatório. Dizer apenas que na questão das TIC, na falta de ligação da CPCJ aos servidores tem a ver com o facto de não ter havido investimento nos últimos quatro anos. Está a ser programado, está a ser feito, está a ser preparado muito investimento e, portanto, espero poder dizer no final deste mandato ou após o concurso público, porque o investimento foi tão parco que nós vamos ter que fazer muito investimento na infraestrutura informática do Município e espero dizer-vos daqui a algum tempo, que a ligação está feita. -----

-----Vou passar a palavra à Senhora Vereadora que me pediu para esclarecer algumas questões que foram levantadas.”-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Só gostaria de falar em relação às instalações. Quando nós chegámos, a Doutora Isabel e a Comissão falaram no sentido de ampliarem a Comissão de Proteção para a loja do lado. Isso ainda não aconteceu porque acho que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras deveria sair daquelas instalações e indo para fora de um bairro social, que acho que não deveria ser local de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Em última análise será ampliada para a loja do lado. -----

-----Em relação à violência doméstica, está a ser estudado, e vamos iniciar uma campanha a nível Concelhio, que estamos a apontar para dois mil e dezanove, depois do estudo de todas estas situações e já em resposta à análise da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.” --- -----

-----A **Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ) - Isabel Ranito**, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Começo por agradecer os comentários e algumas críticas, que vejo sempre como construtivas e bastante positivas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Iniciava pela questão do call center e aqui remeter-vos para toda a nossa atuação é, digamos supervisionada e bastante orientada por duas entidades: a Comissão Nacional, é tipo grande chapéu que orienta e coordena todas as comissões locais e depois cada comissão territorialmente articula também com o Ministério Público. Isto para vos dizer que toda a nossa atuação, e aqui respondendo já não só ao call center mas também à proteção de dados sensíveis, e intervenção decorre da orientação que temos da Comissão Nacional. Portanto, o call center, esta questão foi tratada também e auscultada com a Comissão Nacional porque efetivamente a CPCJ de Oeiras e qualquer outra CPCJ ao longo do País, nós não somos piquete de emergência, nem temos sequer, com muita pena nossa, recursos humanos que possam fazer vários turnos e quase que funcionar em permanência. Portanto, temos um horário de expediente e esta, digamos, foi articuladamente a solução. Quando falo articuladamente, conversada, obviamente, com a Comissão Nacional e até com o Ministério Público e na altura até me lembro que também contactámos o Senhor Comandante da PSP de Oeiras no sentido de também perceber que recursos poderiam aqui concorrer para uma otimização desta situação e, portanto, esta foi a solução que, digamos, reuniu o melhor de todos os mundos. Obviamente, o facto, dos técnicos que trabalham terem também o seu período de descanso e o seu horário preservado e ao mesmo tempo garantir que alguma situação fora do horário de expediente que venha a surgir e que incorra em preocupação e perigo possa ter através deste call center a respetiva orientação, que reencaminha, para um serviço de vinte e quatro horas, que é a PSP de Oeiras, que está perfeitamente habilitada para intervir no imediato, se houver uma situação de perigo. Imaginemos uma situação de mau trato grave, a PSP está perfeitamente capacitada e habilitada

para intervir e retirar essa criança do perigo. Sem prejuízo de no dia seguinte poder articular connosco e, portanto, depois agilizar numa outra forma ou dar continuidade ao acompanhamento da situação. -----

-----Relativamente aos dados sensíveis, claro que esta é uma questão que nos toca, a confidencialidade é uma questão de honra para todos nós e é transversal a todos os nossos procedimentos. Não foi por acaso que há pouco, inclusivamente, referi que mesmo no âmbito da nossa articulação, a articulação que é feita com as escolas se cinja apenas às sinalizações que a escola nos faz e não a outras que não careça dessa intervenção. Também aqui, mais uma vez e agora decorrente destas alterações recentes, nós, um bocadinho, voluntariamente já fomos a uma ação de formação que ocorreu na semana passada promovida pela ANL relativamente a esta questão mas, obviamente, e como entendem estamos à espera que a Comissão Nacional se pronuncie até para que haja uma uniformização nos procedimentos e não começemos aqui, cada um a trabalhar per si, pese embora a nossa autonomia mas estamos a falar, e como disse Senhor Deputado e muito bem, de questões e de dados sensíveis e, portanto, é imperioso que exista uma linguagem comum, procedimentos uniformizados e a Comissão Nacional é que nos tem que dar essas orientações. -----

-----Relativamente à discriminação positiva, que foi aqui referido eu não podia estar mais de acordo e a este propósito, não foi por acaso, ou melhor dizendo foi estrategicamente escolhida a escola para se candidatar ao selo protetor. Exatamente porque tenho o maior apreço e admiração por toda a equipa que desenvolve trabalho na escola Carnaxide/Portela e tenho uma admiração profundíssima pelo talento daqueles jovens. -----

-----Aqueles jovens que são muitas vezes estigmatizados só porque frequentam aquela escola mas que, efetivamente, têm um potencial incrível, são jovens maravilhosos e estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

falar de uma escola com uma equipa fantástica. Esta candidatura, muito me orgulhou e tive a oportunidade de ver outras candidaturas e foi feita com um rigor, com um envolvimento, com uma motivação e com um carinho que só mesmo alguém que esteve no acompanhamento direto é que pode retratar. Portanto, pensei que, efetivamente, era aqui uma boa forma, não só de lançar e projetar esta escola para um outro patamar, porque está lá tudo. De facto, está lá tudo conforme pude constatar. As dinâmicas, a preocupação pelas boas práticas, o profissionalismo e a excelência de todos os profissionais. E, lá está também o talento daqueles alunos. Ainda a este propósito, devo dizer que nós, nas nossas conferências tentamos sempre enquadrá-las com um momento cultural onde visamos exatamente promover o que melhor as escolas têm, as equipas fantásticas de profissionais que diariamente se reinventam para responder às necessidade destas crianças e também o talento destes jovens. Não sei se repararam nas imagens, um dos coffee-break que foi servido num dos encontros subordinado ao acolhimento familiar, que ainda hoje é falado por toda a comunidade dentro do Concelho e fora do Concelho foi servido pelos alunos do Curso CEF de Pastelaria da Escola Carnaxide/Portela. Aqueles jovens que um ou outro que têm um processo de promoção e proteção e que são, muitas vezes, na escola rotulados de vândalos, estavam ali naquele evento a saber estar, a saber fazer, a conversar com respeito e dignidade junto dos vários participantes. Porque estavam a ser tratados também com respeito e com dignidade. Portanto, nós a este nível tentamos, efetivamente, fazer essa discriminação positiva porque isso nos faz muito sentido.-----

----- Relativamente ao estudo da violência doméstica, exatamente porque foi essa a nossa preocupação e não me vou alongar porque esse estudo foi apresentado já em dois momentos,

numa abordagem um bocadinho mais contida na apresentação pública que foi feita em fevereiro e agora na conferência de abril. -----

-----Contudo, só para responder ao Deputado Municipal, em termos de género estamos a falar de cinquenta por cento das crianças expostas à violência doméstica do género feminino e outro, aproximadamente, de cinquenta por cento do género masculino e os escalões etários mais abrangidos são maioritariamente com prevalência em idade escolar, logo seguido da adolescência.-----

-----De qualquer das maneiras, lanço também aqui esse repto à Senhora Presidente, caso estejam interessados em ter aqui um detalhe mais aprofundado, uma reflexão mais aprofundada sobre esta tipologia de perigo e esta temática poderei sempre auscultar a Professora Eunice Magalhães que é a professora destacada e que esteve a acompanhar e a aprofundar esta reflexão nesta tipologia de perigo. -----

-----Relativamente à Associação de Pais, como referiu, está a ser tratado e está a ser tratada e foram feitas inúmeras diligências ao longo destes três anos. Lamentavelmente sem sucesso e agora, finalmente, conto na próxima reunião da Alargada de maio, que se prevê que ocorra já no dia quinze, ter esse representar e submetê-lo à apreciação em plenário da Modalidade Alargada para aprovação da integração deste membro, que claro está é fundamental no exercício das nossas funções. -----

-----Dizer também que relativamente ao nosso Plano Estratégico e às nossas ações houve, de facto, aqui na nossa parte, o Plano Estratégico já tinha sido apresentado o ano passado mas houve a preocupação de tentarmos alinhar e perceber até que ponto todas estas ações se alinham na altura com o projeto político e agora com as medidas políticas ao nível do Município e, principalmente, nas áreas que nos dizem respeito: a infância, a juventude e na educação. De certa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maneira as ações convergem, estamos alinhados e, portanto, tem sido feito, inclusivamente, um trabalho de grande proximidade não só com a Senhora Vereadora Teresa Bacelar mas também com o Senhor Vereador Pedro Patacho no sentido de convergirmos e integrámos todos estes projetos na comunidade.” -----

----- A **Senhora Presidente A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Queria agradecer-vos a vossa apresentação que foi, realmente, bastante esclarecedora, mas sobretudo o trabalho que têm desenvolvido com toda a sua equipa da Comissão Permanente e também a Comissão Alargada, muito obrigada.”-----

----- **APRECIADO** -----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -----

5.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 136/18 – DRH – relativa à Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras – 2018 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Gostaria de comunicar a todos os meus colegas autarcas aqui presentes que faço parte da Comissão de Trabalhadores como membro executivo da mesma. Como tal dei e assinei o parecer prévio sobre a Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras, como tal irei retirar-me e não votar este ponto da ordem de trabalhos.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IOMAF)** referiu o seguinte: -----

-----“Apenas para uma nota relativamente a um assunto que tem sido posto por esta Assembleia Municipal desde há um ou dois anos a esta parte, e que tem a ver e coloco aqui porque não consegui perceber de tudo aquilo que li, se esta ideia foi pensada, foi consagrada ou não e que tem a ver com a situação deste grupo de apoio que a Assembleia Municipal tem. -----

-----Em julho do ano passado e por consenso entre todas as forças políticas, entendemos propor à Câmara que a situação do apoio feito à Assembleia Municipal deveria ter outro tipo de consideração por parte da Câmara Municipal. Isto foi consertado em julho por todas as forças políticas, temos a consciência de que a composição desta Assembleia se alterou, temos a consciência que cabe à Câmara Municipal olhar para este assunto, mas eu queria colocar aqui a questão, dado que ela foi consensualizada ao tempo por todos, e pedia para entregar à Mesa, em concreto ao Senhor Vice-Presidente da Câmara o texto que foi apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal em julho do ano passado, no sentido de que se o Senhor Presidente o entender, fazer alguma coisa sobre este assunto ou tentar perceber como é que é possível chegar a um entendimento sobre isto, ficávamos gratos por isso.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Mendonça (CDS-PP)** disse o seguinte: -----

-----“Apresentada a proposta de Reestruturação Orgânica do Município, naturalmente por razões de distribuição e racionalidade na distribuição dos serviços e das competências o ditarão, mas o CDS vê com preocupação um ponto que é sublinhado na proposta relativamente à necessidade de redirecionamento dos serviços municipais e estrutura proposta. E vê com preocupação, porque ao mesmo tempo vê-se também, é afirmado, que isto em contra ponto àquilo que no relatório é apresentado como cortes que foram feitos de um modo cego e austero sentindo-se agora a necessidade de dar novamente dimensão e estrutura adequada ao seu bom funcionamento. O CDS vê com preocupação porque lê, não estando cá, totalmente expresso, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bastante expresso, que aquilo que se pretende para lá de uma mera reorganização das competências, da reorganização orgânica é assim aumentar também a estrutura, criar uma estrutura maior e por isso também criar mais obrigações para o futuro e o CDS vê isso com preocupação. Estamos ainda num processo, Portugal tem estado num processo, naturalmente, de ajustamento e, obviamente que tudo o que sejam obrigações financeiras para o futuro devem ser assumidas com parcimónia e com racionalidade económica. Por isso exortamos para que qualquer aumento também seja feito sempre com esse estudo de racionalidade económica e com esse estudo de necessidade para, de facto, alcançar os objetivos pretendidos pela Reestruturação Orgânica.” -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) disse o seguinte:-----

----- “Aproveitar a oportunidade para questionar a Câmara sobre este documento, e a primeira questão tinha a ver com esta reflexão que nós fizemos e que é a seguinte:-----

----- A estrutura de uma Câmara é da responsabilidade desse executivo, embora por lei a Assembleia Municipal tenha que aprovar. -----

----- De qualquer modo, não nos sentimos, enquanto membros da Assembleia, à vontade para avaliar um documento com este peso, que merecia uma explicação detalhada como aquela que nós beneficiámos no ponto anterior. Porque, de facto, é uma estrutura que mexe com muita gente e que tem a ver com os objetivos e com o plano estratégico que o próprio executivo pensou, e que, naturalmente, eu não conheço, não tenho os contornos do pensamento do executivo.- -----

----- A primeira questão era se a Câmara não acha que este documento devia ser bem

explicado à Assembleia, para nós, o podermos avaliar em profundidade e de uma forma o mais competente possível?-----

-----Por outro lado, ressalta aqui, na introdução do próprio documento que foram, e bem, pelo Governo recentemente, eliminados, pelas Leis do Orçamento de Estado de dezassete e dezoito, os limites quantitativos, para o provimento de cargos dirigentes, pode agora criar-se a estrutura adequada e conveniente ao crescimento e evolução desse Município. -----

-----Isto aplica-se em Oeiras como se aplica-se em todas as empresas públicas do nosso país e que era de certa maneira um filtro e um travão, à admissão e à progressão de pessoas para cargos que estavam disponíveis no próprio quadro de cada organização e que tinham que ter um filtro do Ministério das Finanças. Esse filtro o Governo deixou cair, e bem, e agora há aqui uma forma, mais flexível, com capacidade de gestão para a Câmara Municipal de Oeiras colocar na estrutura que pensou as pessoas certas para desenvolver a sua estratégia. -----

-----Esta questão tem a ver com uma pergunta. Beneficiando desta Lei do Orçamento que caiu, quantas pessoas vão estar envolvidas nesta situação? Que vão beneficiar nesta situação?----

-----E aqui, há uma reflexão que nós, coligação democrática unitária, fazemos que é: tivemos um impacto enorme com Municipalização, entraram centenas de trabalhadores, muito deles indiferenciados de escolaridade reduzida, o que fez, de certa maneira, diluir o rácio que era extremamente concentrador do número de trabalhadores por técnico. -----

-----Esta questão faz-nos levar a uma pergunta. Será que a estrutura agora uma proposta vai identificar, claramente, os custos que a Municipalização, de facto, acarretam, ao Concelho de Oeiras e que esses valores da despesa associados à Municipalização vão ser devidamente ressarcidos pela Administração Central? É uma questão que também deixamos.-----

-----Para quando, é que a Câmara Municipal de Oeiras pensa, estruturar e desenvolver,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peçoal Câmara Municipal de Oeiras que faça o trabalho dos espaços verdes, da vigilância, da limpeza das diversas instalações, das portarias e das receções, parte da limpeza urbana e da recolha de lixo?-----

----- Pode a Câmara, nos informar se está pensada, agarrar esta matéria e criar uma organização Municipal, de Higiene e Limpeza Pública e Tratamentos de Jardins? Temos esse potencial, e gostaríamos que esse potencial saísse do papel e se transformasse numa empresa Municipal, e, de facto, fossem criadas as condições de um trabalho feito por nós, que era mais vantajoso e mais económico, e com valor acrescentado para os munícipes do Concelho de Oeiras.-----

----- Achamos, pontos positivos, e o nosso Vereador já chamou à atenção disso na discussão da Câmara, a saída da Auditoria Interna do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico e também a limitação, daqueles conflitos que se geravam nos Bairros Sociais, com saída da parte social da gestão dos Bairros Municipais do Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana passando para o Departamento de Desenvolvimento Social.-----

----- A nosso ver, estamos um pouco como o Deputado do CDS aqui já referiu a perceber um documento que cria uma estrutura mais centralista, mais forte, com mais diretores principais e esta questão é capaz de ter a sua justificação, mas precisava de ser, como disse inicialmente, bem explicada. Eu penso que o relatório que à pouco nos trouxeram não precisava de uma explicação exaustiva era só anotar as coisas mais significativas e aqui seria o mesmo. Se esta metodologia fosse associada, poderíamos e deveríamos, beneficiar do pensamento estratégico da Câmara Municipal de Oeiras.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu-se o seguinte:-----

-----“Uma vez mais, vê se esta Assembleia confrontada, com a apreciação de uma Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras. Devo dizer que, de alguma maneira, uma Reestruturação Orgânica do um Município, naturalmente, entendemo-la como necessária à execução daquilo que, a força maioritária e que exerce o poder no mesmo, entende como necessário para que os seus trabalhos se tornem mais eficazes e, naturalmente, posteriormente será julgada pelo eleitorado em função do êxito ou não, dessa sua política. -----

-----Isto para dizer, portanto, que a Assembleia Municipal, em meu entender, deveria limitar-se até apenas a apreciar este documento e não a aprová-lo, porque me aparece, de facto, que é um documento que diz respeito, exclusivamente, à forma organizada como o executivo entende que o serviço nesse executivo deve desenvolver. Mas porque, realmente, a lei impõe, não apenas à apreciação mas a votação, há de facto, que apreciar e decidir em conformidade. ----

-----Devo dizer que o PSD considera que, no essencial, lhe parece que esta reestruturação que, aliás, segue uma outra relativamente recente desenvolvida, apreciada e votada nesta Assembleia pelo outro executivo, nos parece, de facto, que determine maior centralização, como já foi dito pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). -----

-----Isso para nós, é um problema menor, desde que a eficácia da solução, seja demonstrada no dia-a-dia e no interesse dos Oeirenses. -----

-----Desde já, importa aqui, em nosso entender, destacar dois ou três pontos que nos parecem importantes, e que de alguma maneira vão ao encontro, daquilo que era também o nosso entendimento. Por um lado a separação da Auditoria Interna do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, parece-me, de facto, fundamental que a Auditoria, pelas suas funções, não deva imiscuir-se no trabalho, posterior do Contencioso e Apoio Jurídico, também nos parece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante que a Câmara nesta reestruturação, tenha decidido, no fundo, atribuir a Gestão Social no Parque Habitacional à Ação Social, parece-me realmente que há uma maior identificação de objetivos e portanto, há aqui que separar aquilo que é a gestão dos próprios edifícios, do parque em si mesmo, daquilo que é a gestão humana dos seus habitantes e, portanto, é importante para nós, de facto, esta solução, como é também o facto de ter sido criado um Núcleo das Cidades Inteligentes e um Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Empreendedorismo, onde, aliás, julgo que caberá bem, tudo aquilo que são as Políticas de Desenvolvimento e Fomento de Emprego, principalmente do Emprego Jovem neste Concelho. Aliás, um pouco na senda de recomendações que foram apresentadas no anterior Mandato nesta Assembleia e aprovadas, e que a Câmara, obviamente, em tempo tomou conhecimento. -----

----- Contudo, há aqui uma coisa que, porque não há bela sem senão nos parece, de facto, que a Câmara falhou. E entendemos que falhou ao nível da Política da Juventude, ou seja, não é da questão da Juventude não esteja prevista nesta reestruturação, para isso foi criada uma Unidade, mas essa Unidade acaba por estar inserida no Departamento de Desenvolvimento Social. Não entendemos a razão por um lado, haverá, com certeza, alguma razão e será explicada, porque para nós consideramos que a Juventude merecia um pouco mais, e parece-nos que esse reconhecimento do papel da Juventude até aqui no Concelho passaria, na nossa opinião, pela criação de uma Divisão para a Juventude, aliás, nem sequer nesta matéria seríamos inovadores, porque tive o cuidado de fazer uma pequena amostragem, e verifiquei que, quer Almada, quer Cascais, consideram que as Juventude merecem em termos orgânicos, nos respetivos Municípios, uma divisão. -----

-----Haverá outras Câmara, que realmente não têm, naturalmente, Câmaras mais pequenas no interior, mas achamos que, de facto, deveria ter havido aqui, por parte da Câmara, uma preocupação de dar maior autonomia e maior relevância a esta área, que nos parece fundamental, porque, no fundo os Jovens de hoje serão os Homens de amanhã e, conseqüentemente, tudo aquilo que posse ser o apoio e desenvolvimento deles é fundamental. --

-----Portanto haverá, certamente, alguma explicação para esta diminuição quanto ao papel da Juventude em termos de Orgânica, mas aguardamos que senhor Vice-Presidente nos explique um pouco a razão de ser desta, não será uma “*capitis diminutio*” para a Juventude, mas de facto consideramos que poderia e deveria ter sido feito mais nesta matéria.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** observou o seguinte:-----

-----“As Reestruturações Orgânicas na Câmara são frequentes. Em dois mil e treze, havia cinquenta e seis dirigentes que custavam três milhões de euros. Em dois mil e dezasseis, eram quarenta e quatro cargos, com os quais, havia uma despesa de dois milhões. Na primeira versão de dois mil e dezoito, haveria sessenta e sete dirigentes que custavam três vírgulas dois milhões de euros. Se o Presidente da Câmara fazia esta estimativa é porque parece que já tinha escolhido dirigentes antes de ter havido o concurso público.-----

-----As Reestruturações resultam do mau funcionamento das estruturas? Ou terão a ver com as pessoas que ocupam os lugares dirigentes? Ou os dirigentes vencedores de concursos serão os adequados para os lugares de chefia? -----

-----A discussão deste assunto, na opinião do BE, está enviesada. Em primeiro lugar, o Presidente da Câmara discute com os técnicos, depois debate com os Vereadores, depois chega o documento fechado à Assembleia Municipal, os membros da Assembleia Municipal não podem apresentar alterações à proposta que chega aqui. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na primeira versão de dois mil e dezoito, havia uma única Direção Municipal, ou seja, o Diretor Municipal seria o CEO. Os órgãos equiparados a departamentos eram catorze. O Presidente da Câmara afirmou, que no anterior mandato houve colapso nas áreas financeira, de informática, de obras, de habitação, de planeamento, de educação e de cultura. O que vai acontecer aos dirigentes, que tinham responsabilidades nestas áreas? -----

----- Na segunda versão de dois mil e dezoito, seriam três Direções Municipais e manter-se-iam catorze órgãos equiparados a departamento. Nesta estrutura, o CEO seria o Presidente da Câmara. --- -----

----- Na terceira versão, a que vamos votar hoje, haverá três Diretores Municipais, quinze órgãos equiparados a departamento, cinquenta e duas unidades flexíveis, das quais trinta e cinco são divisões, quatro gabinetes equiparados a divisões e treze unidades. Haverá, também, quinze subunidades orgânicas. Terá, ainda, três equipas de projeto. Quantos custarão estes dirigentes? -- Esta estrutura não serve o município nem os cidadãos, pois é pesada e burocrática. -----

----- Vamos a um exemplo concreto, um dos maiores problemas que existe no Concelho é o que tem a ver com trânsito, mobilidade e transportes. Não há um plano de mobilidade que faça inquéritos em determinados eixos, através dos quais, se saiba a percentagem dos que os utilizam viatura particular, os modos suaves e os transportes públicos. Se houvesse plano, em cada eixo, de circulação apontar-se-iam, metas para reduzir o número daqueles que utilizam viatura própria e aumentar o número que usam os modos suaves e transporte públicos. Em Oeiras, tomam decisões ao sabor do vento que sopra. Os veículos particulares provocam, um terço das emissões de CO Dois. Um autocarro transporta em média: tantas pessoas como quinze ou dezoito veículos

particulares. Há que reduzir o número destes veículos em circulação. -----

-----Para haver uma política sustentável à que, se desfazer duas condições: -----

-----Primeira, satisfação das necessidades dos cidadãos, ou seja, por a democracia a funcionar; Adotar soluções menos poluentes, isto é, ter resposta coletivas.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu dizendo o seguinte: -----

-----“Desculpe Senhor Deputado, atenção ao seu tempo.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“O BE não é favorável a esta orgânica burocrática e centralizadora que não resolve os problemas das pessoas. -----

-----Por isso, votaremos contra a deliberação.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu-se o seguinte: -----

-----“Eu queria começar por partilhar a opinião do Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), esperaria que hoje tivéssemos aqui uma primeira apresentação do que é a proposta de orgânica, bem sei que o Senhor Presidente da Câmara não está, mais uma vez mas, seguramente, que o Senhor Vice-Presidente também o faria com brio. -----

-----Uma orgânica é a oportunidade de alinhar, do ponto de vista funcional e instrumental, a estrutura hierárquica e do modelo organizativo, aos objetivos que se propõe atingir do mandato. E esses objetivos que se propõe atingir no mandato, supostamente são por um lado, programa eleitoral sufragado pelos eleitores, mas tem sido aqui anunciado que seria, o plasmar na estrutura orgânica do plano de desenvolvimento estratégico, que fosse conhecido, a formalmente adotado e aprovado pelos órgãos Municipais. E, por outro lado, sabemos que uma orgânica é, também, um instrumento de estabilidade administrativa, que se devia adequar, a cada



[Handwritten signature]
cu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ciclo governativo. -----

----- Mais do que uma orgânica num mandato parece-nos, embora na leitura das transcrições do que foi discutido em Câmara, uns momentos era uma orgânica para o mandato, noutra vezes já se dizia que podia haver alterações, afigura-se que uma alteração orgânica da Câmara, conduza um ambiente de estabilidade, e pode provocar paralisia de serviços e indefinição de funções e de responsabilidades de cada um das chefias e dos trabalhadores do Município. Veja-se o que aconteceu no mandato anterior com três alterações orgânicas realizadas. -----

----- Assim, e no quadro, aliás, do que o Senhor Vice-Presidente me respondeu no Período Antes da Ordem do Dia, que a Câmara Municipal estaria, na primeira fila, da vontade descentralizadora e aceitando aquilo que vai ser as propostas de política descentralizada, que já conhecemos em face do acordo do PSD com o PS, estranhámos que a Câmara, entre a aprovação em reunião de Câmara e agora apresentação na Assembleia Municipal, mantenha a proposta e avance com esta proposta de Reestruturação Orgânica, porque invariavelmente daqui a três meses, estaremos discutir um outra orgânica que adeque, precisamente, os serviços da Câmara àquilo que vão ser as alterações legislativas nesta matéria. E portanto, colocava a questão de, não tinha sentido repensar a orgânica num quadro legislativo distinto? -----

----- Mas foquemo-nos em questões substantivas, o que é que se quer para Oeiras? Onde nos devemos posicionar? Pretendemos trazer para o território mais empresas tecnológicas e voltar a colocar Oeiras no mapa do empreendedorismo? Criar espaços de inovação, como foi o Taguspark, no ano dois mil? Ou a incubação, de nano e microempresas focadas na inovação

contribuam para o desenvolvimento do Concelho?-----

-----Pretendemos potenciar infraestruturas que melhorem a qualidade da vida dos Oeirenses, facilitar-lhes a vida do ponto de vista da mobilidade, fomentar o surgimento dos Serviços de Apoio Social que permitem a estabilidade familiar, quer nos cuidados aos mais idosos, quer na primeira infância?-----

-----Apostamos verdadeiramente na inovação municipal, deferindo os eixos e as prioridades estratégicas que o município deve adotar, para se garantir uma gestão de território inteligente? Onde estão, então, as equipas multidisciplinares que pensam e constroem projetos inovadores com projeção na sociedade? Como a orgânica, se coaduna com as estratégias transversais, a desenvolver, no quadro de inteligência e da inovação tecnológica. E quanto à descentralização? Não só a que se adivinha da Administração Central para o Município, mas também, e isso é muito importante, do município para as freguesias?-----

-----Estas questões, não encontram resposta na proposta que nos é apresentada hoje. Parece-nos, aliás, mais do que uma orgânica estamos, perante a, arrumação de uma estrutura interna, e uma estrutura que peca por crescer de uma forma, que consideramos, exagerada tendo em conta o número de trabalhadores do Município.-----

-----Sem prejuízo do que referimos, reconhecemos vários aspetos positivos na versão final, a criação do Departamento Proteção Civil Municipal separado pela Polícia Municipal, criação das três Direções Municipais, que nos parecem mais adequado à dimensão do município, criação da Divisão de Gestão de Habitação Municipal, no Departamento Desenvolvimento Social, separando, o que é social por um lado e o que é construção por outro, como aliás, o Partido Socialista sempre defendeu nas anteriores orgânicas. -----

-----São aspetos que salientamos mas que se diluem numa orgânica que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

subscrevemos. Reconhecemos, a parte da vereação, capacidade para acolher um conjunto de propostas em sede de discussão na vereação, mas parece-nos que é muito pouquinho, relativamente àquilo, o Município precisa para enfrentar a próxima década.”-----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Das intervenções que já ouvi, ressalta-me dois aspetos: por um lado, quantificação, em vez de qualificação e, por outro lado, a falar-se em máquina pesada e, uma anterior, apenas anteriormente, uma Direção Municipal. Quero com isto dizer que, a atual Proposta de Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras para nós, no nosso entendimento, é preferível falarmos na qualidade dessa reestruturação do que da quantificação, embora seja importante também, mas estamos aqui no fundo principalmente, em nosso entender, a debater sobre a qualidade da Proposta apresentada. -----

----- Depois o outro aspeto que tinha referido sobre a máquina pesada é interessante que, por um lado é a máquina pesada e, a máquina pesada com apenas um Diretor Municipal a supervisionar essa toda máquina pesada, mas com três Diretores Municipais, para aliviar esse aspeto da máquina pesada, já também não é muito bom, porque, se calhar, já há confusão nos serviços e etc. Penso que não. E por fim, se me permite Senhora Presidente da A.M., gostaria de agradecer ao Senhor Deputado Jorge Rato (PS), porque me ajudou bastante na minha intervenção... (ora exatamente, muito obrigado) ao elencar os diversos objetivos desta Câmara Municipal em conjugação, portanto, com esta reestruturação. Senão vejamos, com esta reestruturação quer queiramos, quer não, isto pode ser uma frase feita, mas percebem que, de facto, uma reestruturação deste tipo concerne gestão, organização e essa gestão e organização

tem sempre um fim, que é a otimização dos serviços. E, se formos a ver esta otimização dos serviços de que falo é precisamente a criação das três Direções Municipais, porque se formos a ver, iremos ter uma Direção Municipal virada para os serviços, que é a Administração Geral. A outra para o espaço público e para o território e o ambiente, que é a grande Direção Municipal do Ordenamento do Território, Obras e Ambiente. Em que, portanto, todos estes aspetos se interligam e, finalmente, os Assuntos Sociais, porque os Assuntos Sociais, de facto, são a educação, a cultura, a ação social e desenvolvimento social. -----

-----Agora, relativamente à Administração Geral, queria realçar a Gestão de Recursos Humanos e, aqui queria fazer um paralelo, reparem que até aqui houve uma calendarização e, no nosso entender, bem-feita. Primeiro foi o prévio acordo com os sindicatos em relação a todos os funcionários da Câmara. E, portanto, agora há que gerir os recursos humanos no âmbito desta Direção Municipal de Administração Geral, bem como depois também o aspeto da inovação que já falaram aqui, e que já puseram aqui em causa, “será que sim, será que não e não sei o quê?” No entanto, está cá previsto a inovação, as tecnologias da informação e a comunicação, que é tão importante, ou, se calhar, uma das coisas fundamentais numa Câmara Municipal para informar a população de todos os seus objetivos durante o mandato. -----

-----Depois no âmbito do ordenamento do território e do ambiente e etc.. Temos aqui dois aspetos fundamentais: não há Ordenamento do Território sem Planeamento e Gestão Urbanística e, portanto, o urbanismo é fundamental. E, portanto, está inserido nesta Direção, bem como a reabilitação urbana, bem vincada. Para terminar no ambiente e outros aspetos, que será a qualidade de vida, que é isso um dos principais fundamentos do que foi apresentado no programa eleitoral do IN-OV. -----

-----Finalmente o aspeto da terceira Direção Municipal que chamaria, que chamei e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuo a chamar que é os assuntos sociais. De facto, não há desenvolvimento num Concelho, se não tivermos o aspeto focado, tanto na ação social, e, portanto, essa ação social não só é desenvolvimento é ação propriamente dita e vem sempre entroncar com educação e com cultura. Porque a população tanto necessita de apoio social, como, também, os mais jovens precisam de educação, uma boa educação e, portanto, a população também ter o acesso mais possível à cultura. Com isto, meus caros amigos, penso que a reestruturação é equilibrada e tem hierarquias bem definidas, as tais hierarquias que defini nas três Direções Municipais, isto tudo para responder aos desafios do programa que a Câmara Municipal de Oeiras, se propõe implementar no próximo ano e no atual mandato.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra sobre este tema? Iria pedir ao Senhor Vice-Presidente se quer dar-nos alguma informação.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Estava aqui a concentrar-me para ver a ordem pela qual devia responder. Vou começar ali pelo Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU). Sobre a questão, uma nota introdutória. Como o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse a organização orgânica da Câmara Municipal é, essencialmente, uma questão que diz respeito ao executivo. A lei, todavia, obriga que esta Assembleia, para além de a apreciar também a vota, diria o filósofo, “que lei injusta não é a lei, mas a lei tem de ser cumprida.” Nós estamos aqui a fazer um exercício sobre o modo como a Câmara, como este executivo entende que a Câmara deve estar organizada para cumprir um programa que foi sufragado pelo povo. É sobre isto que estamos a falar. Portanto,

devemos ter isso presente, à priori, quando se fazem juízos sobre esta Orgânica tem de se entender uma coisa: isto é uma Orgânica pensada pela força política que venceu as eleições para pôr em prática o programa sufragado pelo povo. Dito isto, a Orgânica foi aprovada de um modo pré-determinado, acolheu alterações, acolheu algumas alterações muito bem-vindas pela parte do Senhor Vereador Joaquim Raposo, nós também pensámos, no primeiro momento, se devíamos colocar uma Direção Municipal ou três Direções Municipais, foi ponderado, num primeiro momento, pensámos que, talvez, fosse mais apropriado ter apenas uma Direção Municipal, porque tornava essa Direção Municipal, como que um Secretário-Geral, e, talvez a Câmara precisasse mais de um Secretário-Geral do que três Diretores Municipais, que podia, sobretudo, criar mais um nível de decisão e, poder criar entropia, em vez de facilitar a decisão, que era o que nos interessava a todos mas, em sede de reunião de Câmara esta questão foi amplamente discutida e a Proposta das três Direções Municipais foi devidamente acolhida. -----

-----Se esta Orgânica é centralista? Eu creio que não. Esta Orgânica visa exatamente quebrar uma série de nós górdios que estão dados nos serviços, que causaram o tal colapso da Câmara Municipal, de uma dimensão. Vejam Senhores Deputados, os serviços de informática da Câmara passaram de um departamento e duas divisões para um gabinete ao nível de uma divisão. Quem está deste lado não percebe a carga de trabalho que o Chefe de Divisão de Informática, no seu quotidiano tem, está sobrecarregado, o barco é muito grande para um chefe de divisão, apenas gerir tudo. É complicado, é um trabalho altamente complexo que envolve, para além, da burocracia da contratação, que envolve conhecimentos específicos que a administração muitas vezes não possui quadros, temos que os procurar, temos que os encontrar, é um trabalho complexo, difícil e que hoje está, efetivamente, quase colapso, não quero dizer o colapso, mas está em quase colapso, não responde.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na área financeira, por exemplo, onde foi feita dum Direção Municipal um departamento, que está sobrecarregado com recursos humanos, com a parte financeira, com a parte orçamental, com a gestão administrativa da casa, todo o peso que estava, e aí sim, centralizado em alguns dirigentes, tornavam uma estrutura muito pesada e com muita pouca capacidade de resposta, foi isto que nós procurámos, sobretudo, evitar, criando uma estrutura mais flexível, mais ampla. Ora vejam, o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) trouxe-nos a questão da juventude, de poder ser ou não elevada a divisão. Ver reconhecida, organicamente, a importância da juventude, situamos, o exemplo de duas Câmaras que têm uma divisão da juventude, a maior parte das outras Câmaras não têm. Nós temos uma Unidade da Juventude. Não temos uma unidade para a terceira idade, com os problemas que a terceira idade tem e que são reconhecidos, portanto, a juventude já tem um tratamento específico tem uma unidade específica que nenhuma outra faixa etária tem, pode não ser uma divisão, mas tem esse tratamento. Agora vejam, se nós recuarmos ali ao discurso inicial do Senhor Deputado do CDS, uma carga de dirigentes despesista, curiosamente no extremo oposto está ali o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que diz parecido. Uma Orgânica burocrática, com muitos dirigentes; com muito peso orçamental, não é nada disso e Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) tenho muito respeito por si, portanto, dizer-nos que a Orgânica é desenhada em função de futuros dirigentes, que diabo! Esta Orgânica, poucos dirigentes terá, esta Orgânica não foi pensada em função dos dirigentes, foi pensada em pôr em prática um plano ou um programa eleitoral, devidamente sufragado e legítimo, estes são os objetivos genéricos desta Orgânica. E, depois como eu vinha dizendo, há que reconhecer as Propostas e o acolhimento que os Vereadores, souberam ter no

Executivo Municipal, mesmo o Senhor Vereador do Partido Socialista trouxe importantes contributos, respeitante ao investimento, também foi trazido, pelo Senhor Vereador Joaquim Raposo, que nos chamou a atenção para podermos ter uma unidade específica para isso, para acompanhar os tais empreendedores, creio que nós fomos flexíveis, trabalhámos, teve muito tempo, creio que o processo foi transparente, limpo, o processo foi vertical de cima para baixo. Naturalmente é feito pelos técnicos, só depois é que é discutido pelos políticos, se fosse discutido pelos políticos primeiro e depois descer aos técnicos outra vez, isto, nunca mais saímos daqui. Portanto, creio que o processo foi transparente.-----

-----Senhor Deputado Jorge Rato (PS) deixe-me dizer-lhe sobre o que nos trouxe, quer dizer, então o Município de Oeiras, ou o Executivo, vai estar à espera das alterações legislativas para fazer uma Orgânica, a longo prazo estamos todos mortos. Mas nós estamos à espera do pacote descentralizador para fazer uma Orgânica? Não nós fazemos a Orgânica que precisamos. Se o Governo da República mudar a lei e se houver necessidade de adequar a Orgânica, adequamos a Orgânica, senão nunca mais daqui saímos. É claro que esta Orgânica é pensada para a conjuntura que nós temos, se houver uma alteração conjuntural ou legal, temos que ir ao encontro dessas alterações. Tudo, isto Senhores Deputados, para vos dizer que esta Orgânica teve: em primeiro lugar a preocupação de cumprir, um compromisso, contrato entre eleito e eleitor. Fomos eleitos com um programa, construímos uma Orgânica para cumprir o programa com legitimidade democrática para ser implementado. É isso que nos preocupou, acolhemos de braços abertos as alterações. O Senhor Vereador Joaquim Raposo aqui mostrou-se na Reunião de Câmara, mas há um momento posterior em que temos que decidir. Creio que o processo não podia ser mais limpo.-----

-----Por fim, dizer que a questão que nos trouxe o Senhor Deputado António Moita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(IOMAF), da possibilidade de criar uma unidade flexível para acompanhar a Assembleia Municipal, eu depois vou colocar a questão ao Senhor Presidente, pode depender de despacho do Senhor Presidente, como tal, não temos complexos sobre isso, e também estou certo que a Assembleia Municipal será melhor acompanhada nos próximos tempos.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

----- “Pena que estas observações não tivessem sido feitas no princípio, porque permitia, obviamente, um outro raciocínio relativamente a algumas matérias. Desde logo, começar por dizer ao Senhor Vice-Presidente que a democracia tem destas coisas. Quem ganha, tem o direito, o dever e a obrigação de construir o modelo gestor que entenda, mas quem perde, tem o direito e a obrigação de apontar as fragilidades, fazer as suas observações, até para que no futuro o eleitor verifique se, de facto, quem ganhou tinha razão, ou quem perdeu tinha razão é da vida, é assim e, portanto, não vale a pena lamentar-se que a Assembleia Municipal tem que votar esta matéria, como terá outras assim e nos outros Municípios do País é a vida como dizia um determinado Primeiro-Ministro. -----

----- Agora o Senhor Vice-Presidente disse aqui uma coisa que eu queria dizer-lhe que está completamente errado. Uma Direção Municipal numa Câmara, não é o mesmo que haver um Secretário-Geral numa Câmara, disse que “entendemos que deveria haver uma Direção Municipal, uma espécie de Secretário-Geral”. Bem um Secretário-Geral não é isso e, portanto, coitado do Secretário-Geral se fosse isso que vossa Excelência, aqui referiu e, portanto, para mim é claro que a Vereação fez bem, em sair da solução dum Direção Municipal e optar por três, porque não é aí de um para três que acho que está o peso da estrutura o peso da estrutura,

está depois nas unidades orgânicas, nos departamentos, etc., que crescem e crescem de uma forma que eu vos diria, até, um destes dias pus-me a pensar, mas haverá “índios” suficientes para tantos chefes? E a propósito do que o Senhor Vice-Presidente há bocado estava a dizer que a unidade orgânica não foi pensada e pessoalizada, etc.. Fez-me referenciar, fez-me relembrar um célebre episódio do “Sim, Senhor Ministro”, em que o Senhor Ministro dizia assim para o Conselheiro: “Sabes uma coisa, eu decidi que não era candidato a Primeiro-Ministro”, e o Conselheiro respondeu logo depressa: “Então quer dizer que o Senhor é candidato a Primeiro-Ministro?”” -----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Associarmo-nos à proposta do Senhor Deputado, colega e amigo António Moita (IOMAF) em relação à preocupação que ele aqui traz, que também é uma nossa e, relembrar a Câmara se me pode ou não responder em relação à questão da empresa, à empresa municipal que podia agarrar esta questão de fundo, sentida, e anunciadamente sentida, quer no programa vencedor, quer pelo titular, líder da força vencedora, o Doutor Isaltino Morais, como uma preocupação central, para além da mobilidade, a questão da higiene urbana, da limpeza e fiquei com a expectativa de que me respondesse, senão responder também não faz mal, mas de qualquer modo, se a resposta for sim, nós estamos de acordo.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Começando pelo fim, Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) eu não quero é comprometer o executivo, naturalmente que a preocupação com a limpeza urbana e com as condições para a autarquia promover a limpeza urbana tem a ver com isso, tem a ver com a organização que nos permita fazer a recolha e ter o Concelho limpo está a ser estudado, para aí caminhamos, para a empresa caminhamos ou podemos caminhar, mas eu não quero



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comprometer o executivo a esse ponto.-----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS) não lhe vou pedir para dar um salto de fé e acreditar em mim, a única coisa que posso dizer é que não foi feito assim, ora se Vossa Excelência tiver que discordar, é de seu entendimento, e eu não disse que era igual a ter um Secretário-Geral, disse que podia acontecer ser parecido com isso, só isso em ter um. E por fim quero, novamente, elogiar o acompanhamento e o cuidado do Senhor Vereador Joaquim Raposo e do Partido Socialista no executivo municipal, no cuidado que teve e nas Propostas responsáveis que teve nesta Orgânica.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu sei que tenho vinte sete segundos, Senhora Presidente, é só para referir uma coisa que há pouco não referi, que é aquilo que volto a insistir, que acho que é um bocadinho “leviano”, nós estarmos agora a discutir uma Orgânica quando sabemos que até ao final da presente sessão legislativa que será a quinze de julho, nós teremos um pacote autárquico significativo de alteração de competências. Portanto, volto a dizer acho que valeria a pena ter esperado, parece-nos que é alguma irresponsabilidade correr o risco de ter duas Orgânicas em tão pouco espaço de tempo, todos nós sabemos que isso cria instabilidade nos serviços municipais e, portanto, queria referenciar, de facto, essa questão.-----

----- Agora também lhe queria dizer e para terminar o Partido Socialista comporta-se assim sempre, e, portanto, é natural que o Senhor Vereador Joaquim Raposo tenha colaborado da forma como colaborou com o executivo municipal num encontrar de soluções, como também penso que esta bancada tem sempre estado nessa posição colaborante e de contribuir para a

melhoria do trabalho desta Câmara e melhoria da qualidade de vida dos oeirenses.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Gostaria de saber como é que reagiria o meu amigo Senhor Deputado Jorge Rato (PS) se a Assembleia da República, um dia, pensasse em aprovar, em ter o direito de aprovar a Orgânica do Governo? quantos...daria a mesma resposta cada vez que o Governo, por motivos internos, quisesse alterar o número de Ministérios, o número de Secretários de Estado? É uma pergunta que eu me coloco e que me deixa muito intrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra sobre este tema? Senhor Presidente temos estado a discutir a Reestruturação Orgânica, estamos já no fim das intervenções.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez o seguinte esclarecimento: -----

-----“Senhor Deputado Jorge Rato (PS) dizer, apenas que leviano e irresponsável não era esperar, não é o que nós estamos a fazer, o Senhor diz que é leviano ou irresponsável, sabendo que há um pacote descentralizador aprovar agora uma Orgânica. Leviano ou irresponsável é este executivo não reconhecer as limitações da atual Orgânica, esperar, estar à espera da nova legislação, nós estamos a adequar os serviços ao que foi sufragado pelos eleitores de Oeiras e estamos a cumprir o mandato que nos foi dado pelo povo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Bem, não havendo mais nenhuma intervenção, ia pôr à votação este ponto da Ordem de Trabalhos.”-----

5.2.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Artur Alberto Dono Claro Campos, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Miguel Ribeiro Ramos, Ana Isabel Beça Dias da Costa e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé, Salvador António Martins Bastos Costeira e Arlindo Pereira Barradas), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com nove votos contra, sendo cinco do Partido Socialista (Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), três da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho), e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto), e com duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes) e uma do Centro Democrático Social-Partido Popular (Jorge Filipe Santo Ribeiro Mendonça). -----
----- Os Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Diogo Mota

Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Isaltino-Inovar Oeiras de Volta, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 46/2018** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 136/18 – DRH – REESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS - 2018** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e trinta e seis barra dezoito, a que se referem as deliberações números dois das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em catorze, vinte e um e vinte e seis de março de dois mil e dezoito e deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com nove votos contra, sendo cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda e com duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista e uma do Centro Democrático Social-Partido Popular, aprovar a Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras – dois mil e dezoito, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.2.1.1. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte: -----

-----“Informar que vou entregar uma declaração de voto por escrito, em nome do Partido Socialista.” -----

5.2.1.2. O Senhor Deputado Dinis Antunes (J.F. Porto Salvo) fez a seguinte Declaração de Voto:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “É, apenas para fazer uma declaração de voto. -----

----- Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, e integrando a Assembleia Municipal nessa qualidade, nos termos do artigo quarenta e dois, da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela lei cinco A barra de dois mil e dois, de onze de janeiro, e interpretando o interesse do executivo da Junta de Freguesia de Porto Salvo na defesa do interesse público de todos os fregueses e, sempre na defesa deste interesse o meu sentido de voto vai no acordo com o voto expresso já pelo Senhor Vereador do PS na Câmara Municipal, que foi de abstenção e, também, no sentido de viabilizar a Orgânica da Câmara que possibilite termos um interlocutor junto das Freguesias e Uniões de Freguesia.” -----

5.2.1.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Deu, portanto, entrada uma declaração de voto escrita do Partido Socialista, a qual se transcreve: -----

----- **“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- Proposta número cento e trinta e seis de dois mil e dezoito - Reestruturação Orgânica do Município de Oeiras -----

----- A elaboração de uma nova Orgânica Municipal é - ou deve ser - a oportunidade para alinhar, do ponto de vista funcional e instrumental, a estrutura hierárquica e o modelo organizativo aos objetivos que se proponha atingir no mandato. -----

----- E estes, por sua vez, devem estar alinhados com o Programa Eleitoral sufragado pelos eleitores e consubstanciado num Plano de Desenvolvimento Estratégico, conhecido de

todos e formalmente adotado pelos órgãos municipais.-----

-----Daí que seja largamente consensual que a Orgânica - apesar de ser um instrumento de estabilidade administrativa - se deva adequar a cada ciclo governativo.-----

-----Pelo contrário, afigura-se que recorrentes alterações orgânicas, mesmo que de mitigada dimensão, conduzem a um ambiente de instabilidade que podem provocar paralisia dos serviços e indefinição das funções e responsabilidades de cada uma das chefias e dos trabalhadores do município.-----

-----Isso mesmo foi claro no mandato anterior, com as três alterações orgânicas realizadas.- -----

-----Para o Partido Socialista, a questão chave centra-se nas seguintes questões - O que se quer para Oeiras? Onde nos devemos focar? -----

-----Estas questões nucleares levantam-nos inúmeras outras, igualmente estratégicas, mas mais concretas:-----

----- - Pretendemos trazer para o território mais empresas tecnológicas e voltar a colocar Oeiras no mapa do empreendedorismo? Criar espaços de inovação, como foi, por exemplo, o Tagus Park, no ano dois mil? Ou de incubação de nano e micro empresas, focadas na inovação, que contribuam para o desenvolvimento do concelho? -----

----- - Pretendemos potenciar infraestruturas que melhorem a qualidade de vida dos oeirenses? Facilitar-lhes a vida do ponto de vista da mobilidade, fomentar o surgimento dos serviços de apoio social que permitam estabilidade familiar, quer nos cuidados aos mais idosos, quer na primeira infância?-----

----- - Apostamos verdadeiramente na inovação municipal, definindo os eixos e as prioridades estratégicas que o município deve adotar para se garantir uma gestão do território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inteligente?-----

----- Onde estão as equipas multidisciplinares que pensam e constroem projetos inovadores com projeção na sociedade? Como a orgânica se coaduna com as estratégias transversais a desenvolver no quadro da inteligência e da inovação tecnológica? -----

----- E quanto à descentralização que se avizinha? Sabendo que nos próximos três meses será aprovado um pacote legislativo que procederá a uma estratégia descentralizadora, está o Município de Oeiras preparado para esse novo paradigma? O que é que isso representará, como dinâmica descentralizadora da Câmara Municipal para as Freguesias?-----

----- Todas estas questões não encontram resposta na Proposta que nos é apresentada hoje. Parece-nos aliás, que mais do que uma orgânica, estamos perante a arrumação de uma estrutura interna. Que ademais, peca por crescer de uma forma que consideramos exagerada, tendo em conta o número de trabalhadores do município.-----

----- Finalmente, fica-nos a dúvida quanto à temporal idade desta orgânica. É uma orgânica para dois mil e dezoito? Para todo o mandato até dois mil e vinte e um? Como se compaginará com um Plano de Desenvolvimento Estratégico que não existe, que não está aprovado e que se a deveria anteceder? E, insistimos, com as futuras Leis de Atribuições e Competências das Autarquias e das Finanças Locais? Estamos cientes do impacto que poderão ter na organização do município?-----

----- Sem prejuízo do que referimos, reconhecemos vários aspetos positivos na versão final que a Vereação apresenta a esta Assembleia. Por exemplo, a criação do Departamento de Proteção Civil Municipal separado da Polícia Municipal, a criação de três Direções Municipais

que nos parece ser mais adequado à dimensão da município, a criação da Divisão da Gestão de Habitação Municipal no Departamento de Desenvolvimento Social, separando o que é social para um lado e o que é construção para outro, como aliás o Partido Socialista sempre defendeu. -

-----São aspetos que salientamos, mas que se diluem numa orgânica que não subscrevemos. -----

-----Aquando da discussão da proposta na vereação, assumimos uma posição de abstenção, tendo em conta a realidade conhecida na altura. Como também a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente e pela maioria municipal, em acolher várias das propostas que então foram feitas pelo nosso Vereador. -----

-----Não obstante, ao contrário do que se conhecia no momento da aprovação pela vereação, a proposta vem à decisão da Assembleia Municipal quando já existem dados concretos e consistentes de que o quadro legal e normativo que irá reger as Autarquias Locais nos próximos anos, vai mesmo sofrer significativas alterações. Do que se conhece e que serviu de base ao acordo entre os dois maiores partidos políticos nacionais, essas alterações terão um enorme impacto nos municípios. -----

-----O Partido Socialista considera pois extemporânea uma nova Reestruturação Orgânica, que deveria, por uma razão óbvia de prudência e sentido de responsabilidade, aguardar pelo resultado desse estruturante processo legislativo, ajustando-a em conformidade, e evitando os efeitos negativos de uma desnecessária instabilidade na organização dos serviços municipais provocada por sucessivas alterações. -----

-----Pelo exposto, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oeiras, e em linha com a decisão tomada no Plenário da Comissão Política Concelhia tomada na sua reunião de três de maio, vota contra a proposta de Reestruturação Orgânica que nos é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apresentada.”-----

5.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 199/18 – DLAA – relativa à Isenção do Pagamento de Taxas solicitado por Grupo Valentim de Carvalho, Som e Imagem, SGPS, S.A., relativas às filmagens do Programa “Donos Disto Tudo” (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- A Senhora Deputada **Silvia Andrez (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Relativamente a esta questão da Isenção de Taxas à Valentim de Carvalho, gostaria de chamar a atenção da Câmara Municipal, que mais uma vez, a Proposta que nos é apresentada, não vem devidamente instruída, uma vez que não estão aqui considerados e apresentados os montantes, relativos à Isenção de Taxas que deveriam constar desta Proposta. No entanto, e uma vez que esta é uma matéria que para nós tem algum significado, uma vez que naquilo que será a nossa avaliação e a demonstração de evidência da relação custo-benefício, deveria constar nesta Proposta um montante relativo à Isenção de Taxas, bem como em sucessivos e apresentados projetos desta natureza, deveria também constar associados a estas Isenções de Taxa e estes eventos ou outras iniciativas que requeiram os pedidos de Isenção de Taxas que sejam também considerados, até por uma questão de transparência, outros montantes de apoio que a Câmara Municipal deva conceder, nomeadamente, aquele que se refere aos serviços de limpeza ou a outros eventuais atribuição de subsídios que devam ser atribuídos ao mesmo tipo de eventos. No entanto, e, porque esta empresa, é uma empresa com história no Concelho, é uma empresa sediada no Concelho, que tem criado empregos no Concelho, tem alargado a sua atividade e, uma vez que, também, esta matéria, é uma matéria que promove, significativamente, do ponto de

vista turístico e do ponto de vista cultural o nosso Concelho, em que os munícipes também ficam cada vez mais a conhecer qual é que é a riqueza do ponto de vista cultural e também arquitetónico do edificado existente, não só porque são edifícios recentes que são aqui apresentados, mas também outros que têm uma riqueza enorme, do ponto de vista histórico, considero que devem ser apoiados, mas com uma salvaguarda que da próxima vez que este tipo de Propostas vier a esta Assembleia deva vir devidamente instruída e devidamente evidenciados os custos ou os montantes que não entram nos cofres da Câmara Municipal.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** pediu o seguinte esclarecimento: -----

-----“Na sequência do que a minha camarada Sílvia Andrez (PS) falou, só queria um esclarecimento, era se a Câmara também votava as propostas que não sabia qual era o valor da Isenção de Taxas.”-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** disse o seguinte:-----

-----“Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, que entretanto chegou e, aproveitar a oportunidade para de acordo com uma prática da CDU, em relação a esta matéria nós iremos votar contra. De qualquer modo vamos abrir uma exceção, não a esta, Proposta, mas a próxima, que vem aí uma idêntica aqui a esta Assembleia, em que, de facto, o promotor dá à população de Oeiras o livre acesso de uma forma gratuita ao espetáculo e nessa base faz sentido nós votarmos a favor de uma isenção de um promotor de um espetáculo que vai ser gratuito aos oeirenses, neste caso está dentro da nossa prática em relação ao entendimento que temos político. Sobre esta matéria vamos votar contra.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra? Senhor Presidente pretende usar da palavra? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Julgo que o Senhor Vice-Presidente terá apresentado, com certeza, as minhas desculpas pelo meu atraso, mas tive uma Assembleia no Taguspark, em que não pude deixar de lá ir, daí a razão do meu atraso. -----

----- Ora bem o problema da isenção de taxas, por norma a Câmara Municipal propõe a isenção de taxas, tudo o que são realizações tem a ver com atividades de natureza cultural, social, desporto, espetáculo e, portanto, o critério, normalmente é esse. -----

----- Como calculam, em relação a esta dos “Os donos disto tudo” a mim até não me apetecia não os isentar, porque normalmente eles dizem mal de mim, mas pronto, quer dizer, tenho que os isentar, também sou objeto das sátiras deles, não é? É cultura, é espetáculo. -----

----- Quanto ao problema de saber se a Câmara vota propostas de isentar taxas, sem saber o montante, julgo que não. Por norma, quando vem uma proposta de isenção, é feito o estudo do quantum da isenção, mas, pelo menos, é a ideia que eu tenho, mas que é calculada e, portanto, a Câmara Municipal quando está a votar já sabe que a isenção corresponde a “x”, não é? Mas se, porventura, não sei se pôs a questão porque esta não estava definida, bom teremos o cuidado de fazer chegar, mas eu julgo, sinceramente, que normalmente vem uma informação sobre o quantum da isenção, se porventura isso não acontecer deixará, obviamente que é obrigatório ter a noção. Normalmente devo dizer o seguinte quando são taxas, isso não tenho dúvidas, quando são isenção de taxas significativas vem, bem não me surpreende que numa coisa pequena possa não vir, portanto também não quero, mas passará a vir em todas as circunstâncias.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“É apenas, um esclarecimento, na sequência das palavras do Senhor Presidente, de facto, eu não estou muito preocupado enfim, contra aquilo que é normal, não virem nesta proposta as incidências, porque me parece que isso resulta naturalmente do próprio contexto da proposta, ou seja, quando é um evento fixo determinado a Câmara sabe imediatamente que a isenção é aquela, é “x” e esgota-se, e, neste caso, o que é que acontece é que parece que há uma continuidade, não sabemos se as gravações serão duas, dez, se cinquenta e, julgo que a própria Câmara poderia ter ou terá dificuldade em perceber qual é a isenção, quanto muito dirá que a isenção por cada uma será “x”, mas quantificar julgo que teria aqui dificuldade, mas os serviços melhor saberão em relação a esta matéria, não é? Foi, por isso que eu não levantei qualquer questão em relação a esta proposta, que me parece perfeitamente aceitável.”-----

5.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Artur Alberto Dono Claro Campos, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Irina Dias Lopes, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Miguel Ribeiro Ramos, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso), seis do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Sílvia Maria Mota dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Carolina Candeias Tomé e Salvador António Martins Bastos Costeira), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Jorge Filipe Santo Ribeiro Mendonça) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Maria Joana Marques Gomes da Silva e Teresa Amélia do Carmo Carvalho) e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto).-----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira do Grupo Político Isaltino-Inovar Oeiras de Volta e Arlindo Pereira Barradas do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 47/2018** -----

PROPOSTA C.M.O N.º 199/18 – DLAA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS SOLICITADO POR GRUPO VALENTIM DE CARVALHO, SOM E IMAGEM, SGPS, S.A., RELATIVAS ÀS FILMAGENS DO PROGRAMA “DONOS DISTO TUDO” -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e noventa e nove barra dezoito, a que se refere a deliberação número trinta da Reunião da Câmara Municipal, realizada em quatro de abril de dois mil e dezoito e deliberou por maioria, com trinta

e dois votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a isenção de taxas, relativas às filmagens do programa “Donos Disto Tudo”, solicitado por Grupo Valentim de Carvalho, Som e Imagem, SGPS, Sociedade Anónima, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não houve intervenção do público.-----

7. A Senhora Presidente da A.M. concluiu, dizendo o seguinte:-----

-----“Bem, chegámos ao fim da Ordem de Trabalhos, eu iria perguntar ao público presente nesta sala, se algum dos senhores, pretende usar da palavra. Não havendo intervenções do público, dava por encerrada esta Sessão, muito obrigado, desejo-vos uma boa noite e até uma próxima reunião.”-----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----A Segunda Secretária,-----

